

#438

SÃO PAULO | FEV/MAR | 2017

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

UM ESTADO PESADO PARA SE DESENVOLVER

Altos gastos públicos e burocracia minaram a produtividade do Brasil nas últimas décadas. Para recuperar a economia, País deve fazer reformas que possibilitem a abertura de um novo ciclo de crescimento

A LEI QUE LOTA PRISÕES

Legislação ineficaz só aumenta o número de detentos por uso de drogas. E milhões de reais são desperdiçados no combate ao tráfico

O QUE ESPERAR DE DONALD TRUMP?

Bilionário eleito para ser o 45º presidente dos Estados Unidos da América provoca o mundo com ameaças ao livre-comércio internacional



UM BRASIL

MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO

No Brasil, existem cerca de 100 milhões de ações pendentes de julgamento na Justiça.

Com a curadoria do jurista e presidente do Conselho Superior de Direito da FecomercioSP, Ives Gandra Martins, UM BRASIL entrevistou especialistas em Direito que opinaram a respeito das razões da lentidão da Justiça, do excesso de processos e dos motivos que ainda nos afastam de uma Justiça célere e eficiente, entre outros assuntos.

Acesse o site www.umbrasil.com e assista.

ENTREVISTADOS

Ives Gandra Martins

Jurista e presidente do Conselho Superior de Direito da FecomercioSP

Renato Nalini

Jurista e secretário de Educação do Estado de São Paulo

Nelson Jobim

Ministro aposentado do STF

Maria Cristina Peduzzi

Ministra do Tribunal Superior do Trabalho

Janaina Paschoal

Advogada e professora livre-docente em Direito Penal da USP

José Eduardo Faria

Professor titular da Faculdade de Direito da USP

Marco Aurélio Mello

Ministro do STF

Oscar Vilhena

Diretor da Escola de Direito da FGV-SP

Edson Fachin

Ministro do STF

Marivaldo Pereira

Analista do Tesouro Nacional e ex-secretário executivo do Ministério da Justiça

Diego Werneck

Pesquisador da Escola de Direito da FGV-RJ

Carlos Ayres Britto

Ministro aposentado do STF

Márlon Reis

Ex-juiz eleitoral e idealizador da Lei da Ficha Limpa

Ives Gandra Martins Filho

Ministro do Tribunal Superior do Trabalho

MUDANÇA DE COMPORTAMENTO

A recessão evidenciou o esgotamento das estratégias usadas pelo governo para proteger o emprego e a produtividade. Diante do peso fiscal que deteriora o empreendedorismo nacional, cabe-nos debater nesta edição os limites da atuação do Estado na economia, bem como a sua eficiência na aplicação dos recursos públicos. Para se ter uma ideia da gravidade do problema, o Banco Mundial nos coloca na 123ª posição, entre 190 países, em um ranking que monitora o ambiente de negócios. É a prova de que o Brasil precisa mudar de dentro para fora.

Entretanto, os movimentos que acontecem além de nossas fronteiras também nos impactam significativamente. Um dos exemplos é a eleição norte-americana, que sempre envia mensagens ao mundo. Por isso, as consequências da chegada de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos também são abordadas neste número. Ao elegerem um *outsider* do ramo imobiliário para a Casa Branca, os americanos deixaram a comunidade internacional apreensiva. Em dúvida, a manutenção de acordos comerciais e climáticos e as reais intenções do republicano em relação a uma investida protecionista.

Olhando para as nossas mazelas internas, jogamos luz à falência do sistema penitenciário, tragédia vista em âmbito nacional no início deste ano. Ela é, entre outros fatores, resultado do fracasso da guerra contra o tráfico de drogas e de uma legislação ineficaz. Após uma década da promulgação da chamada “Lei de Drogas”, milhões de reais foram desperdiçados no combate ao crime organizado. Na outra ponta, a população carcerária literalmente explodiu.

Investigar aspectos comportamentais da vida cotidiana também é uma das premissas editoriais de **Problemas Brasileiros**. Buscamos conhecer os efeitos negativos do mundo conectado em rede. Em tese, a ascensão das mídias sociais seria um instrumento para melhorar a qualidade da democracia entre os povos. A realidade, contudo, é que o ódio e o preconceito se afloraram na internet e na vida real. Intolerância religiosa é outro tema que apresentamos num contraponto entre a Reforma Protestante de Martinho Lutero há 500 anos e a presença dos evangélicos na política. Temos um Estado laico de fato?

O tempo é de mudanças e, historicamente, elas só acontecem no Brasil por pressão de situações. O fato é que, ideologias políticas à parte, a reversão dos quadros político e socioeconômico só ocorrerão com a realização urgente de reformas estruturais.

ABRAM SZAJMAN,

presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP

REDAÇÃO

Rua Santa Cruz, 722, 5º andar
CEP 04122-000
São Paulo/SP | (11) 3170-1571

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE CONTEÚDO **André Rocha**

GERENTE DE CONTEÚDO **Fernando Sacco**

EDITOR E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Lucas Mota MTB 46.597/SP

REPÓRTERES **Iracy Paulina, Filipe Lopes,
Rachel Cardoso e Raiza Dias**

FOTOS **Christian Parente, Folha Press
e Acervo Guia Geográfico**

ESTAGIÁRIA **Priscila Oliveira**

REVISÃO **Flávia Marques**

DIRETORES DE ARTE **Clara Voegeli
e Demian Russo**

EDITORA DE ARTE **Carolina Lusser**

DESIGNERS **Renata Lauletta,
Lais Brevilheri e Paula Seco**

ASSISTENTE DE ARTE **Tiago Araujo**

COLABORAM NESTA EDIÇÃO

**André Rocha, Érica Fraga, Fabíola Perez, Gesiel
Júnior, Guilherme Meirelles, Herbert Carvalho,
Jean Galvão, Marcos de Azambuja, Paulo Delgado,
Rodrigo Hora, Sabine Righetti e Sílvia Kochen**



PB | #438

*Qual é o tamanho ideal do Estado?
Para averiguar os limites da
intervenção estatal nos rumos
da economia, nesta edição de
Problemas Brasileiros ouvimos
a opinião de especialistas
sobre as redefinições urgentes
que o Brasil precisa encarar
para reavivar os índices de
produtividade e dar início a um
novo ciclo de desenvolvimento.*

6

Capa
O PESO DO ESTADO NA ECONOMIA



12

Comportamento
A FALSA IDEIA DE PLURALIDADE NA INTERNET



18

Entrevista
JOSÉ SCHEINKMAN FALA SOBRE A CRISE DE PRODUTIVIDADE BRASILEIRA

24

Articlista
MARCOS DE AZAMBUJA

26

Sociedade
INTOLERÂNCIA RELIGIOSA x ESTADO LAICO



32

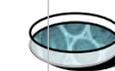
Estados Brasileiros
A FALÊNCIA DO RIO GRANDE DO SUL

38

Articlista
ANDRÉ ROCHA

40

Saúde
**A CRUZADA DA MEDICINA PELOS
MEDICAMENTOS ANTICÂNCER**



44

Legislação
DEZ ANOS DA LEI MARIA DA PENHA

48

Internacional
O RISCO DONALD TRUMP

52

Sociedade
LEI ANTIDROGAS LOTA PRISÕES



58

Articlista
PAULO DELGADO

59

Biblioteca
OS DIFERENTES BRASIS POR MARY DEL PRIORE

60

Cultura
A ARTE NACIONALISTA DE DJANIRA



66

Grande Angular
PASSARELA DARCY RIBEIRO



O PAPEL DO ESTADO NA ECONOMIA

O tamanho ideal do Estado brasileiro é tema recorrente de discussão entre economistas. Alguns veem a edição da PEC dos Gastos Públicos como um primeiro passo. Para outra corrente de pensamento, a medida não é suficiente para garantir o financiamento sustentável rumo a um período de crescimento. Em pelo menos um aspecto as duas linhas convergem: para voltar a crescer, o Brasil deve encarar transformações urgentes.

texto GUILHERME MEIRELLES

D

Durante o período em que esteve à frente da chefia de gabinete do ex-presidente norte-americano Barack Obama, Rahm Emanuel (atual prefeito de Chicago) criou uma frase que se tornou um mantra nos Estados Unidos sempre que a palavra “crise” é mencionada: “You never want a serious crisis to go to waste”, que pode ser traduzida como “nunca se deve desperdiçar uma boa crise”. A sentença se encaixa como uma luva no Brasil dos dias atuais, principalmente em razão dos resultados negativos do ano passado e das sombrias perspectivas para 2017, como a do Fundo Monetário Internacional (FMI), que projeta um modesto crescimento de 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB). O dado é ligeiramente melhor que os desempenhos de 2016 (-3,5%) e 2015 (-3,8%), mas inferior à previsão anunciada em outubro, que era de alta de 0,5%. A revisão dos números não foi uma surpresa em função dos dados das contas públicas – no acumulado janeiro/novembro, o déficit do setor público (governo federal, Estados, municípios e estatais) ficou em R\$ 85,1 bilhões, recorde da série histórica do Banco Central, que computou a dívida líquida do setor público em novembro em R\$ 2,74 trilhões, o equivalente a 43,8% do PIB. Diante disso, a saída passa obrigatoriamente por profundas transformações no perfil do Estado. Mas quais as mudanças prioritárias e as estratégias adequadas para promover essas reformulações?

Para o diretor do BricLab da Columbia University (NYC) e professor adjunto de Relações Internacionais e Políticas Públicas, o economista e cientista político Marcos Troyjo, a crise

brasileira passa por um conflito entre o possível e a funcionalidade, em que existe um grande potencial de empreendedorismo barrado por um excesso de amarras burocráticas, o que coloca o País com um dos ambientes mais áridos para se fazer negócios. “O grande desafio é quebrar este subdesempenho. Temos um Estado muito grande e presente na vida das pessoas, mas fraco em planejamento estratégico e nas áreas de ciência e tecnologia, que são pontos fortes em países desenvolvidos. É preciso um Estado menor e mais forte”, defendeu Troyjo, durante o seminário “Estratégias para o crescimento: a mudança do papel do Estado”. O evento reuniu alguns dos principais nomes do pensamento econômico contemporâneo em São Paulo e no Rio de Janeiro. O evento foi promovido por Columbia Global Centers (braço da Columbia University no Brasil); Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FGV); Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP); e a plataforma UM BRASIL.

Não à toa o Brasil ocupa a 123ª posição no ranking Doing Business, elaborado pelo Banco Mundial para monitorar o ambiente de negócios em 190 países. Entre os Brics, o País fica à frente apenas da Índia (130ª posição) e atrás de países como México (47º), Colômbia (53º), Peru (54º), Chile (57º), Uruguai (90º), Paraguai (106º) e Argentina (116º).

Troyjo criticou também o ideologismo predominante nas discussões, nas quais ainda prevalece a arcaica disputa entre direita e esquerda. “Somos dos poucos países em que o debate é feito nesses termos”, disse. A saída, afirmou, está em promover o maior protagonismo do empresariado aliado a políticas públicas na área da educação, que tenham como objetivo a formação de lideranças políticas e empresariais capazes de enxergar soluções sustentáveis para o crescimento. “Do contrário, não conseguiremos atrair investimentos externos e permaneceremos condenados ao subdesempenho”, ressaltou.

O diretor-executivo do Banco Mundial, o economista Otaviano Canuto, lançou mão de uma linguagem médica para diagnosticar a crise brasileira. “Atravessamos um quadro de

anemia de produtividade que nos causou uma obesidade fiscal”, opinou. Os sintomas iniciais vieram no *boom* do ciclo de *commodities*, período em que houve a incorporação de mão de obra e maior formalização do trabalho. “Entretanto, não houve aumento dos investimentos nem alta nos índices de produtividade.” Quando o ciclo de alta das *commodities* se encerrou, explicou o economista, o governo passou a adotar uma política fiscal expansionista e compensatória, principalmente por meio de isenções fiscais e incentivos a setores específicos, com objetivo de estimular o mercado interno. O resultado foi o agravamento da “doença”, resultando em um peso fiscal que dificulta o surgimento de novas oportunidades tanto para o empreendedor como para os investidores estrangeiros. Canuto acredita que a saúde financeira do País virá por meio de investimentos em duas áreas essenciais. “É preciso aprofundar o nível de educação da população, principalmente em qualidade. Além disso, o País deve investir mais de 3% do PIB em infraestrutura apenas para manter o que já existe. Desde 2000, o investimento é de 2,5%, o que representa um bloqueio à produtividade”, disse.

A atual estrutura tributária também foi alvo de críticas dos palestrantes. “Uma mudança que se faz necessária é com relação à simplificação dos impostos. A estrutura tributária é composta de diversos tributos indiretos, como ICMS, IPI e ISS, na qual a diferença entre bens e serviços já não mais existe”, explicou o economista e professor da Columbia University José Alexandre Scheinkman. As mudanças no sistema tributário, na visão do professor, deveriam incluir uma nova metodologia na cobrança do Imposto de Renda (IR), levando em conta o crescimento da “pejotização” no mercado de trabalho. “Não faz sentido um profissional liberal que se tornou pessoa jurídica ser cobrado com uma alíquota distinta de um outro da mesma área que é contratado pela CLT em uma empresa”, pontuou.

O ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda no governo Dilma e hoje professor da FGV, Marcio Holland, acredita que a

aprovação da PEC 55 (que estabelece um teto para os gastos públicos nos próximos 20 anos) trará resultados positivos para o Brasil e não resultará em um enfraquecimento do Estado. “Com a PEC, haverá um melhor ajuste social e mais disciplina nos gastos públicos.” Ele cita como exemplo a Previdência Social, que consome anualmente em torno de 8% do PIB. “Estudos comparativos com base na população idosa de outros países apontam que não deveríamos gastar mais que 4%. Ou seja, o excedente de 4% hoje gastos em aposentadorias precoces poderiam ser revertidos em infraestrutura.”

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o INSS passou entre 1995 e 2016 de uma situação de equilíbrio para um déficit de 2,4% do PIB. Em 1995, a receita de contribuições do INSS foi de 4,6%, e a despesa com o pagamento de benefícios alcançou igual montante. Já em 2016, a estimativa é que esses percentuais tenham sido das ordens de 5,7% e 8,1% do PIB, respectivamente. Sem a reforma da previdência, a tendência é de uma curva ascendente, que cada vez mais consumirá gastos públicos. Hoje, a despesa primária (exceto juros) do governo representa 23% do PIB – era 14% em 1991. Com o sistema atual, baseado no tempo de contribuição, a média de idade de aposentadoria é de 53 anos para as mulheres e de 55 anos para os homens. Estudo do IBGE, considerando o aumento da expectativa de vida e o menor índice de natalidade, aponta que em 2050 haverá 128 milhões de brasileiros com idade entre 15 e 59 anos (atualmente, são 136 milhões) e 66 milhões de pessoas acima de 60 anos – hoje, há aproximadamente 26 milhões.

Para Holland, a reforma do Estado engloba três esferas. “No campo macro, são fundamentais a PEC dos Gastos Públicos e a PEC da Previdência. Já a reforma microeconômica deveria se concentrar na reforma tributária e na desburocratização do ambiente de negócios. E, por fim, devem ser promovidas reformas institucionais, como na autonomia do Banco Central, no fim das brechas que permitem a contabilidade criativa e na reforma das agências reguladoras”, destacou.

“QUANDO O CICLO DE ALTA DAS *COMMODITIES* SE ENCERROU, O GOVERNO PASSOU A ADOTAR UMA POLÍTICA FISCAL EXPANSIONISTA POR MEIO DE ISENÇÕES FISCAIS A SETORES ESPECÍFICOS COM OBJETIVO DE ESTIMULAR O MERCADO INTERNO. RESULTOU-SE EM UM PESO FISCAL QUE DIFICULTA O SURGIMENTO DE NOVAS OPORTUNIDADES”

OTAVIANO CANUTO diretor-executivo
do Banco Mundial

“TEMOS UM ESTADO MUITO GRANDE E PRESENTE NA VIDA DAS PESSOAS, MAS FRACO EM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E NAS ÁREAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, QUE SÃO PONTOS FORTES EM PAÍSES DESENVOLVIDOS”

MARCOS TROYJO, diretor do BricLab da Columbia University (NYC)

POR MAIS EFICIÊNCIA

Na visão do governo, a crise foi desencadeada em função de fatores externos, decorrentes da queda dos preços das *commodities* aliada a fatores no mercado doméstico, como a redução do consumo de bens duráveis em decorrência da falta de investimentos do setor industrial. “Essa conjunção de fatores ocorreu em um momento de alavancagem dos setores público e privado. Pensava-se que o momento seria cíclico, mas não foi o que aconteceu”, explicou o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn. Apesar dos sintomas, o nível de emprego vinha se mantendo sob controle até o fim de 2014, quando a curva começou a subir, o que vem dificultando a retomada, a despeito de leves sinais de melhoria no fim do ano, como a perspectiva de queda da inflação. “A PEC dos Gastos é fundamental para a retomada, bem como outras medidas que devem vir ao longo de 2017, como as reformas da previdência e trabalhista e as mudanças no ensino médio. A reforma trabalhista trará como novidade mudanças nos acordos entre patrões e empregados, que passarão a se sobrepor às antigas leis trabalhistas. Será uma medida que trará mais produtividade.”

No âmbito do Banco Central (BC), Goldfajn disse que as ações estarão concentradas em três pilares: estabilização da inflação; queda gradativa e sustentável da taxa de juros; e manutenção da estabilidade do sistema financeiro a fim de garantir a confiança do investidor e financiar a recuperação da economia. “Um dos problemas que temos hoje são as taxas de juros subsidiadas para determinados setores, a chamada

‘meia-entrada’”, disse, citando expressão cunhada pelo economista Marcos Lisboa. Quanto ao tamanho do Estado, o presidente do BC acredita que haverá uma adaptação aos limites impostos pela PEC dos Gastos. “A despesa corrente será reduzida e irão se definir as prioridades”, ressaltou.

A discussão a respeito do tamanho do Estado está mais ligada a eficiência e resultados do que propriamente à estrutura em si. No caso do Brasil, segundo dados do balanço patrimonial de 2014 produzido pelo Tesouro Nacional, o setor público (União, Estados e municípios) detém um ativo total de R\$ 6,7 trilhões, sendo que a União é dona de 77% do montante. Segundo o documento, a União tem participações em empresas que chegam a R\$ 307 bilhões e possui um patrimônio imobiliário de R\$ 677 bilhões. Já Estados e municípios dispõem de um patrimônio imobiliário de R\$ 362 bilhões.

De acordo com dados mais recentes do Ministério do Planejamento, o governo federal possui 2.195.154 funcionários em sua folha de pagamento, nos três Poderes. Em 2015, 39,2% das receitas do governo federal foram destinadas exclusivamente a pagamento de pessoal. Já os dados do funcionalismo em Estados e municípios são do IBGE e datam de 2014. De acordo com a pesquisa, na época havia 6,5 milhões de servidores municipais e 3,2 milhões de funcionários públicos estaduais.

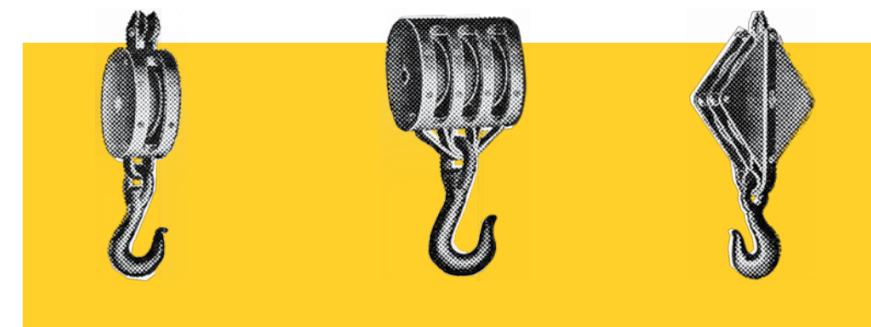
No total, a participação de funcionários públicos entre a população economicamente ativa fica em torno de 10%, índice compatível e até inferior à maioria dos países da Orga-

nização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). “O Brasil precisa apostar no capital humano, modernizar o Estado e eliminar problemas de ineficiência. No começo do século 20, os Estados Unidos tinham o mesmo índice de analfabetismo que o Brasil. Eles descobriram a importância do capital humano e chegaram ao ponto onde estão”, disse o diretor do Centro de Governança Global Econômica da Universidade de Columbia, Jan Švejnar. Potencial para crescimento existe, acredita o professor de Economia Chinesa e Finanças da Universidade de Columbia, Shang-Jin Wei. “Há muito espaço para avançar e alcançar o padrão de países desenvolvidos. As nações asiáticas já não conseguem crescer nas mesmas taxas de anos atrás, e é fundamental que os países emergentes se abram para novas oportunidades e, com isso, obtenham melhores índices de qualidade de vida para as suas populações”, afirmou.

Há na sociedade um senso comum que a baixa eficiência do funcionalismo público está relacionada à estabilidade do trabalho com a fiscalização ineficaz das horas trabalhadas. Em 1998, o então presidente Fernando Henrique Cardoso encaminhou ao Congresso o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 248/98, que previa a avaliação de desempenho no funcionalismo público. O projeto foi engavetado e os governos seguintes não tocaram mais no assunto. No entanto, três professores do Insper (Fernando Schuler, Sandro Cabral e Sergio Lazzarini) elaboraram uma proposta que resgata o texto do projeto e o encaminharam ao Ministério do Planejamento. “Temos casos comprovados de médicos, em Manaus, que são contratados por 40 horas semanais e fazem jornadas de 15 horas. Os salários do Judiciário brasileiro estão muito acima dos demais países. O que temos hoje é uma escalada de reivindicações de sindicatos de servidores e uma classe política sem coragem de enfrentar a questão”, ressaltou Cabral.

CONTRAPONTO

Para o economista e ex-ministro da Administração e Reforma do Estado (1995-1998), Luiz Carlos Bresser-Pereira, a baixa produtividade do funcionalismo público está associada à presença de uma “elite rentista”, que sonha impostos e se beneficia de um modelo que permite sobreviver por meio de juros, aluguéis e dividendos. “Taxa de juros real superior a 6% só existe no Brasil. O que os rentistas auferem é acima do montante



da corrupção, que vem sendo recuperado pela Lava Jato”, destacou.

Seguidor da linha novo-desenvolvimentista, Bresser-Pereira condena a edição da PEC dos Gastos Públicos, por considerar a medida fruto do neoliberalismo ideológico, que será incapaz de garantir o financiamento sustentável do Estado em direção a um período de crescimento. “Defendo um teto fiscal com base em uma porcentagem do PIB, e não um congelamento. Defendo a manutenção do tamanho do Estado e não a redução. Mas o que está sendo feito é a diminuição do Estado por uma lógica neoliberal”, explicou. Segundo Bresser-Pereira, as dimensões geográficas do Brasil naturalmente conduzam a um Estado grande. “O gastos são elevados em previdência, educação, saúde e outras áreas. O que diferencia uma sociedade capitalista civilizada de outra pouco civilizada são os gastos nas áreas sociais”, disse.

O modelo de Estado apregoado por ele é desenvolvimentista, que intervenha de forma moderada na economia, basicamente no plano microeconômico em setores não competitivos, como é o caso de infraestrutura. “Os setores competitivos ficariam a cargo do mercado.” Para garantir a sustentabilidade do modelo novo-desenvolvimentista, as estratégias devem adotar cinco preceitos microeconômicos: taxa de lucro adequada para investidores; baixa taxa de juros do BC; taxa de câmbio competitiva para as empresas que investem em tecnologia; salários compatíveis com o lucro das empresas; e baixa inflação.

Além dos acertos econômicos, a transformação do Estado envolve aspectos institucionais que devem evoluir em conjunto. “As reformas previstas não diminuirão o tamanho do Estado,

mas, sim, melhorar na sua eficiência. A redução do Estado está mais ligada à subtração da intermediação do Estado e o cidadão. Acho que esse é o caminho, mas é difícil. Precisaria começar nos níveis municipal e estadual e depois chegar no federal. As pessoas enxergam o Estado como obeso e ineficiente, mas veem como um apoio na velhice e no desemprego, é uma cultura patrimonialista de centenas de anos que não é derrubada do dia para a noite”, afirmou o membro do conselho do Instituto Millenium, o cientista político Luiz Felipe D’Avila. Ele considera medidas como as reformas da previdência e a tributária como inevitáveis, mas alerta quanto ao ritmo de implantação. “Historicamente, todas as mudanças no Brasil exigiram um período de transição. Caso do Plano Real, por exemplo. É um comportamento próprio do Brasil.”

Mas a quem caberá executar as mudanças necessárias? Essa é a maior preocupação do cientista social e professor de doutorado do Insper Carlos Melo. “Há uma crise de lideranças políticas, vivemos uma entressafra de homens públicos que tenham discernimento para definir e executar estratégias”, lamentou. Para Melo, independentemente do tamanho do Estado, deve-se estabelecer prioridades de atuação. “Na educação, o papel é na universalização por meio dos ensinos básico e fundamental. Contudo, o Brasil precisa de pessoas que entendam a política de acordo com os princípios de Aristóteles. Ou seja, tratá-la dentro da moral, já que o fim último do Estado é a virtude e o bem comum dos cidadãos.”

&

A DUVIDOSA PLURALIDADE DA REDE

texto SILVIA KOCHEN



Q

Quando leu um comentário que tinha postado no Facebook na página de uma pessoa que não conhecia, a neuropsicopedagoga Salete Silva se surpreendeu com as observações agressivas sobre ela. “Na manhã após a queda do avião do time da Chapecoense, postei que parecia que a Anac não havia autorizado o voo, mas era cedo para tirar conclusões, pois ainda não havia muitas informações sobre o assunto. Então, alguém que nem conheço, provavelmente um amigo de um amigo, copiou meu post e o compartilhou em sua própria página com comentários maldosos, dizendo que ‘esquerdistas já estavam querendo tirar proveito político da tragédia.’” Para evitar mais estresse, ela excluiu o post gerador da polêmica inesperada.

Salete começou a usar a rede social há cinco anos e tem cerca de 430 amigos em seu perfil. Ela conhece quase todos na vida real e os poucos que não conhece pessoalmente são amigos virtuais de longa data. Mesmo tomando precauções, ela já vivenciou episódios desagradá-

veis. Certa vez, postou um comentário sobre o “complexo de vira-lata” do brasileiro, um conceito muito disseminado que diz respeito à falta de autoestima nacional e à mania de achar que tudo o que é estrangeiro é melhor. Um de seus amigos do Facebook achou o post ofensivo e reagiu com um comentário agressivo. Salete respondeu que se julgava no direito de excluir comentários hostis ou inconvenientes de suas postagens. Acabou por descobrir que essa pessoa é quem a excluiu de sua lista de amigos na rede social. Um detalhe: Salete conhece a pessoa na vida real há um bom tempo.

BOLHA SOCIAL

Há pouco mais de uma década, quando o mundo começava a descobrir as redes sociais, imaginava-se que elas seriam um instrumento para ampliar o debate e fortalecer a democracia ao conectar os continentes. Hoje, praticamente um quarto da população mundial está presente no Facebook, a maior rede social do planeta, com 1,8 bilhão de usuários ativos, mas o impacto da interação virtual gera preocupação crescente.

Segundo o pesquisador da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) Gustavo Dainezi, a rede social de Mark Zuckerberg, assim como a maior parte de todas as outras, tem um problema estrutural: só mostra para as pessoas aquilo que as agrada. “Você só vai ver no seu Facebook aquilo que tende a gostar, o conteúdo que bate com seus anseios e ideologias”, explica. Dessa forma, cria-se uma “bolha ideológica”. Assim, como as pessoas tendem a ver em seu *feed* de notícias (como é chamada a sequência de postagens que aparece para o usuário ler) apenas matérias que reproduzem suas próprias opiniões, gera-se uma intolerância a pontos de vista diferentes, argumenta Dainezi, que também atua como professor convidado de Ética e Ciência Política da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e como consultor do Espaço Ética.

O Facebook, porém, contesta a ideia de que a rede cria uma “bolha social” em que as pessoas só interagem com amigos com ideias afins. Segundo a empresa, as interações na plataforma apenas espelham a maneira como as pessoas se relacionam no mundo offline, da mesma maneira que elas trocam informações dentro de seu círculo de amigos em uma reunião social, por exemplo. “Nossa rotina diária é permeada por diversas escolhas – como qual marca quere-

UM QUARTO DA POPULAÇÃO MUNDIAL ESTÁ PRESENTE NO FACEBOOK, A MAIOR REDE SOCIAL DO PLANETA, COM 1,8 BILHÃO DE USUÁRIOS ATIVOS

mos ou não comprar ou de quem queremos ou não ser amigos –, e assim acontece com o *feed* de notícias. Convivemos com pessoas que têm opiniões diferentes e essa realidade saudável pode ser mantida em nossa comunidade da mesma forma que se dá no mundo fora da internet”, argumenta o Facebook em resposta enviada à **Problemas Brasileiros**.

Ao explicar por que certas postagens aparecem no *feed* de notícias de uma pessoa e não de outra, a rede social coloca o comportamento na plataforma – curtir, clicar, comentar ou compartilhar a postagem – como o principal fator levado em conta para determinar o que é mostrado a cada usuário. “O objetivo da sequência de notícias é mostrar para cada pessoa a história que é mais importante para ela.”

Dainezi critica esse critério, pois ele permite que a propagação de uma notícia seja impulsionada por sua popularidade, e não por sua real importância. “Dessa forma, qualquer blog inex-

pressivo pode ter o mesmo peso que um veículo jornalístico de tradição em sua disseminação por meio do Facebook”, diz. Para o jornalista Moises Rabinovici, as redes sociais eram um fenômeno para difundir notícias rapidamente, mas agora estão ficando desmoralizadas. Isso acontece porque boa parte de seu conteúdo não é confiável, uma vez que muitos boatos acabam se espalhando.

ÓDIO E PRECONCEITO

Um dos aspectos preocupantes dos hábitos digitais é o que vem sendo chamado de “cultura de ódio”, postagens ofensivas e gratuitas de pessoas aparentemente cordiais na vida offline. Os alvos são muitos, mas surpreendentemente não definidos por experiências pessoais do usuário, mas por seu posicionamento político-social. Um exemplo é o do atirador de Campinas (SP) que matou 12 pessoas da família na noite de Réveillon e deixou uma carta em que reproduz esse discurso de ódio retirado da internet.

As principais redes sociais têm regras de comportamento para inibir ofensas e outros comportamentos agressivos. Vários países, entre eles o Brasil, já adotaram leis contra isso. Mesmo assim, jargões contrários a feministas (que já chegaram a ser chamadas de *feminazi*),

negros, imigrantes, socialistas, sem-teto, entre outros, são postados e reproduzidos indiscriminadamente a toda hora em sites do gênero. E a ação contra esse discurso de ódio parece ser como “enxugar gelo”, um trabalho incessante e sem resultado.

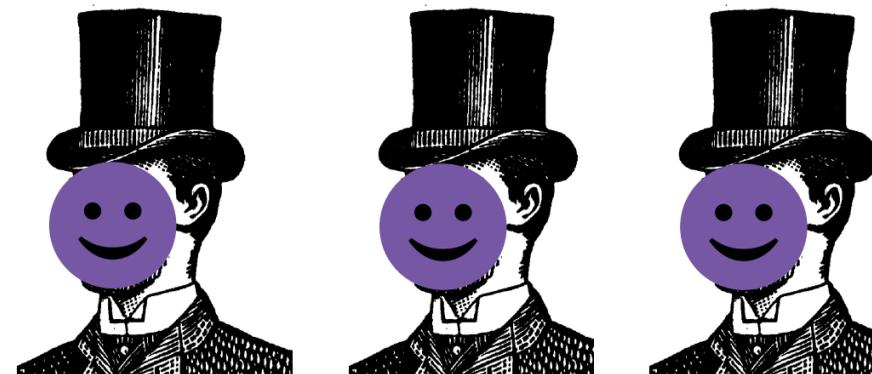
O Facebook tem um código de conduta para os usuários, chamado de “padrões de comunidade”, que rejeita expressões de ódio, violência ou humilhação em sua plataforma e pede a colaboração dos usuários para denunciar qualquer violação a esses padrões. Isso não impede que diariamente as páginas da rede social sejam invadidas por postagens ofensivas.

O mesmo acontece com crimes, que podem ser denunciados em diversas instâncias. A organização não governamental (ONG) Safernet Brasil, por exemplo, recebe uma média de 2,5 mil denúncias por dia contra páginas que de alguma forma ameaçam direitos humanos com conteúdos de pedofilia, racismo, neonazismo, intolerância religiosa, incitação a crimes contra a vida, homofobia e maus tratos contra animais. Contudo, geralmente a página que é retirada do ar hoje volta amanhã com um novo nome e endereço, mas com o mesmo conteúdo.

“Esse tipo de discurso é muito aglutinador e de fácil propagação, porque o ódio é uma emoção simples”, ressalta Dainezi. Ele acrescenta que as pessoas não têm o menor filtro em relação ao conteúdo que veem na internet e acredita que a responsabilidade por coibir isso é dos administradores de redes sociais. “O Facebook se recusa a assumir a responsabilidade e a delega aos usuários, que deveriam fazer denúncias”, opina. Mas ele lembra que os meios de comunicação tradicional filtram conteúdo antes de disseminá-lo, e a rede social teria condições de fazer isso – se houvesse vontade.

PALAVRA DO ANO

Outro efeito negativo do comportamento online é a denominada “pós-verdade”, um conceito recente que foi eleito como a palavra do ano de 2016 pelo dicionário da Universidade de Oxford, na Inglaterra. A palavra denota “circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes



na formação da opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal”. São situações em que a pessoa não se importa em reproduzir uma mentira desde que encontre uma justificativa para a sua própria opinião.

Embora pós-verdade seja um termo surgido há uma década, tornou-se a palavra que define 2016 em razão da frequência com que passou a ser associada a eventos políticos, como o plebiscito da saída da Grã-Bretanha da Comunidade Europeia (o Brexit) e a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos.

A decisão de sair da União Europeia foi guiada por anseios emocionais de britânicos que gostariam de retornar aos tempos de uma nação imperial, em que seu passaporte era o mais respeitado em todo o mundo, há um século. A eleição de Trump foi permeada por uma série de boatos infundados plantados na web, como o de que Hillary Clinton deixou o Estado Islâmico

crescer ao negociar a retirada de tropas americanas do Iraque.

Essas notícias falsas podem ter consequências perigosas no mundo real. Foi o caso da *pizzagate*, um boato que se espalhou por Facebook, Twitter e Instagram durante a campanha presidencial americana que dizia que a pizzeria Comet Ping Pong, em Washington – cujo proprietário teria ligações com um assessor de Hillary –, estaria envolvida em tráfico de crianças para uma rede internacional de pedofilia. No início de dezembro, Edgar Welch, um pacato cidadão, resolveu fazer justiça com as próprias mãos. Foi até a pizzeria portando um rifle de uso militar e abriu fogo instintivamente.

FILTROS

Como as redes sociais não têm filtros, normalmente são terreno fértil para a difusão de informação falsa. Segundo Dainezi, a capacidade de propagação de uma notícia mentirosa é 50% superior à de notícias verdadeiras.

O fenômeno das notícias falsas não acontece por acaso. Há inclusive sites que se especializam em difundir boatos porque é um negócio extremamente lucrativo, uma vez que a publicidade na web paga por clique. Assim, uma página que ganha muita audiência usando notícias não verdadeiras como chamariz acaba se tornando uma pequena mina de ouro.

O problema é tão grave que o próprio Facebook já anunciou medidas para conter a difusão de notícias falsas em sua plataforma. Os usuários da rede nos Estados Unidos já contam com um comando para denunciar boatos, que está em fase de testes e deverá ser implantado em

outros países, inclusive no Brasil, mas ainda não há data definida para que isso aconteça. Além disso, a rede social iniciou uma parceria com organizações externas para a checagem das informações. Se a história for identificada como falsa, ela será sinalizada como questionável e poderá perder relevância no *feed* de notícias.

Rabinovici – que já foi correspondente internacional do jornal *O Estado de S. Paulo* por décadas, dirigiu a redação do *Diário do Comércio* paulistano e hoje é chefe de reportagem da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) – acredita que atualmente as redes sociais fazem muitas cobranças em relação ao conteúdo dos jornais, mas elas também erram muito enquanto abrigam grupos antagônicos, tal qual torcidas de futebol, como árabes e israelenses, republicanos e democratas, *coxinhas* e *petralhas*.

Esse antagonismo, diz o jornalista, é inevitável. Ele acredita que a internet mudou radicalmente o mundo da informação e “agora não sabemos mais como fazer” diante dessa nova realidade. Ele lembra que quando a web passou a influenciar o jornalismo, há uma década, “alguém disse que todos eram editores e jornalistas”, já que qualquer pessoa poderia postar conteúdo. Imaginava-se então um “jornalismo cidadão”, aberto à participação de todos. “Todo mundo virou jornalista, mas nem todos contavam a verdade.” Com o tempo, verificou-se que havia a necessidade de uma curadoria para impor um critério jornalístico a esse conteúdo, ou seja, verificar se o fato é verdadeiro ou não.

&

Qualicorp
Número de Benefício:
ANS nº 417172

Bradesco Saúde:
ANS nº 005711
Amil:
ANS nº 326305
SulAmérica:
ANS nº 006246

R\$ 233,00 - Bradesco Saúde Nacional Flex. E CA Copart 5 (registro na ANS nº 473.115/15-8), da Bradesco Saúde, faixa etária até 18 anos, com coparticipação e acomodação coletiva (tabela de julho/2016 - SP). Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS, informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as disposições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Janeiro/2017.

FECOMERCIO^{SP}

*Empregador do Comércio,
aproveite esta oportunidade:
**Planos de saúde
a partir de R\$ 233.¹***

Só a Qualicorp e a FECOMERCIO-SP oferecem inúmeras e excelentes alternativas para você escolher uma que atenda às suas necessidades. Líder de mercado, temos parceria com a FECOMERCIO-SP e mais de 470 entidades de classe para negociar o melhor para você.

Opção, qualidade
e credibilidade.



Deixe a Qualicorp oferecer o melhor para você.

0800 799 3003

De segunda a sexta-feira, das 9h às 21h; aos sábados, das 10h às 16h.

www.qualicorp.com.br/anuncio





JOSÉ ALEXANDRE SCHEINKMAN

Professor da Universidade Columbia, nos Estados Unidos, o economista brasileiro José Alexandre Scheinkman destaca os principais pontos que emperram o avanço dos índices de produtividade no País

entrevista ÉRICA FRAGA | fotos CHRISTIAN PARENTE

Morando há muitos anos nos Estados Unidos, desde que deixou o Brasil para fazer seu doutorado em Economia, na Universidade de Rochester, o economista José Alexandre Scheinkman construiu uma carreira acadêmica de destaque. Deu aula por um longo período na Universidade de Chicago, e atualmente é professor da Universidade Columbia e também professor emérito da Universidade de Princeton. Entretanto, sempre esteve bastante envolvido no debate público sobre economia brasileira. Com essas credenciais, ele analisa uma questão crucial para o desenvolvimento de nosso País: a estagnação da produtividade da economia brasileira.

É um tema complexo. Basta comparar dois setores: enquanto nosso agronegócio exibe taxas de produtividade de primei-

ro mundo, na manufatura andamos para trás. As políticas públicas efetivadas nos dois casos ajudam a explicar esse descompasso. No agronegócio, por exemplo, o papel da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foi crucial para a conquista de tecnologias que fizeram o Brasil bater recordes de produtividade. Já nossa indústria sofreu com medidas equivocadas. No quadro geral, estamos cada vez piores no desafio de usar uma quantidade de investimento e de capital humano para fazer alguma coisa com eficiência, produzindo mais com o mínimo possível. “Por que o Brasil faz isso mal e por que deteriorou tanto?”, questiona Scheinkman. Esse é o tema principal nesta entrevista concedida à plataforma UM BRASIL e divulgada com exclusividade à **Problemas Brasileiros**.

Em termos de eficiência, o Brasil parece que está parado há muitas décadas. Como o senhor vê esse enigma?

Precisamos colocar a questão em perspectiva. Desde a década de 1980 que se nota o seguinte: em países que são sucesso de crescimento, como as Coreias, Taiwan, Singapura, China e Índia, a produtividade está crescendo mais rapidamente do que a americana. Isso é lógico, porque a única maneira de alcançar as nações mais avançadas é melhorar sua produtividade. A Coreia, por exemplo, está em um nível de 75%, 80% da renda americana. Ela era um Brasil na década de 1970. Se tomarmos os Estados Unidos como padrão, o Brasil fez ainda menos do que fazíamos antes com os mesmos insumos. Temos menos máquinas e menos capital humano que os americanos, mas se tivéssemos a mesma quantidade, estaríamos produzindo muito menos. Essa é uma ineficiência importante na economia brasileira.

O que explica essa estagnação?

O Brasil não teve um desempenho brilhante nem na conversão de capital, que a gente chama de “investimento”, nem na educação, mas fez alguma coisa. Aumentamos a escolaridade. Em termos de investimento, temos taxas baixas se comparadas às “Chinas da vida”, mas comparáveis às americanas. Então, a grande explicação está do lado da produtividade.

Por que o Brasil vai mal nesse quesito?

O País não é uniforme. Há setores com uma intermediação financeira em que a produtividade cresceu bastante; e há outros, como a indústria de manufatura, em que andamos para trás. Na agricultura, nossa produtividade avançou mais rapidamente do que nos Estados Unidos, que é considerado o país mais produtivo nesse setor. Já os alcançamos em vários produtos, e em outros, embora ainda estejamos atrás, em pouco tempo vamos alcançá-los.

Qual o segredo desse bom desempenho?

Em 1960, o Brasil importava comida. O que produzíamos aqui era relativamente caro para o poder de compra de um trabalhador



Todos iriam se beneficiar se conseguíssemos ter um ICMS mais simples. No Brasil, tem-se duas firmas no mesmo Estado produzindo a mesma coisa e com impostos diferentes, porque a uma foi dada isenção para vir de outro Estado

brasileiro, em comparação a outros países. Em 1973, o governo criou a Embrapa para ajudar a desenvolver a pesquisa básica do setor. Entre muitas outras coisas, a instituição foi responsável pela ocupação do Cerrado, antes uma região de terra degradada e que hoje responde por 50% dos grãos produzidos no Brasil. Essa conquista é uma realização da tecnologia. Mas o governo não fez só isso.

O que mais ajudou a desenvolver nosso agronegócio?

Até o começo da década de 1990, o governo intervinha nos detalhes da agricultura. Havia o Instituto do Açúcar e do Alcool, que dava licença para quem quisesse exportar açúcar. Trigo era uma coisa ainda mais complicada, porque o governo concedia licenças a certos empresários, e só eles podiam importar o produto. Então, o Brasil liberalizou esses mercados e apareceu nova tecnologia que permitiu um aumento de escala. Os produtores migraram de regiões como Rio Grande do Sul, onde as terras eram caras e as fazendas pequenas, para o Cerrado, onde havia grande economia de escala. Atualmente, temos uma agricultura não só incrivelmente eficiente, mas também altamente tecnológica.

Por que não ocorreu o mesmo no setor industrial? Por que as políticas setoriais são tão distintas dentro de um mesmo país?

Os economistas sempre comparam o retorno social com o privado. A Embrapa é exatamente isso. Não adiantaria criar uma tecnologia para o Cerrado só para o dono de uma fazenda, mas para todos. O retorno social era alto em relação ao privado. Vamos para a indústria de computadores. Proibir a importação, criar uma reserva para determinados fabricantes e escolhê-los para serem subsidiados pelo governo, isso é um modelo muito diferente.

É o modelo da política pós-2009 para exploração do pré-sal...

A descoberta do pré-sal foi mais ou menos na mesma época em que se descobriu uma maneira de explorar economicamente o *fracking* [tecnologia para extrair petróleo e gás

do xisto, uma camada de rocha sedimentar], nos Estados Unidos. O *fracking* mudou a balança comercial americana do petróleo. Até hoje, o pré-sal produz muito pouco. Então, vê-se que entregar para a Petrobras e, depois, fazê-la comprar insumos em determinados produtores na esperança de criar uma indústria nacional é muito diferente do modelo da Embrapa. Seria como se esta dissesse: “Vamos fazer pesquisa, mas só daremos para a JBS. Se quiser comprar soja, tem que ser da JBS”.

É como um jogo de cartas marcadas, não?

Exato. Esse foi o sistema que criamos. Outra coisa importante na agricultura é que se vende soja no mundo inteiro. Então, o produtor brasileiro tem de procurar eficiência, pois, sem isso, o americano vende no lugar dele. E para vender na China, ele deve não só superar os problemas de levar a soja do Brasil para lá, mas também produzir com um preço barato. Ele tem de ser eficiente. Esse é um problema que o cara que faz um navio para a Petrobras não tem.

Que papel essas políticas equivocadas tiveram na geração da crise atual?

O Estado não tem mais capacidade de manter os níveis de gasto, de subsídios, de crédito etc. Então, as pessoas que se beneficiavam desses subsídios, mas que não tinham nenhuma vantagem em particular de estarem naquele negócio, não conseguiram mais produzir economicamente. Essa é uma razão. Mas há outra mais profunda. A proteção ao computador não só fez com que o brasileiro tivesse de comprar um equipamento pior e mais caro do que o consumidor lá de fora. Muitas indústrias dependiam de peças que caíam dentro da reserva de mercado porque eram consideradas produtos de informática. O Fox, por exemplo, parou de ser exportado porque o carro brasileiro era muito atrasado em relação ao europeu ou ao americano. Tinha muito menos tecnologia, seja de freios, seja de tudo o que era parte da informática. Então, teria de fazer um carro especial para exportação, um negócio muito menos econômico. Esse é um exemplo do que nós, economistas, chama-

mos de “proteção efetiva”, que significa que se protege uma coisa, no caso a informática, e desprotege um monte de outras em que há dificuldade de produzir porque não podem utilizar os insumos corretos. Esse é um aspecto da política governamental que deprimiu a produtividade. O segundo aspecto é a nossa política de impostos.

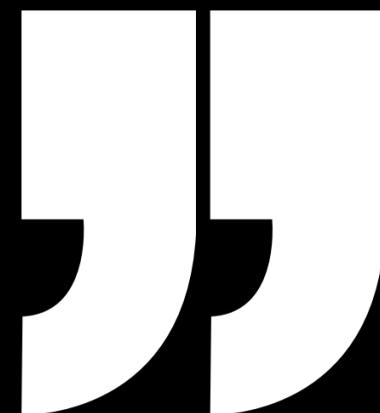
De que forma ela interfere?

Alguém me explicou que a maior parte dos centros de logística está em Minas Gerais por razões de ICMS, isenção, incentivo etc. Então, ocorre o que eles chamam de “passeio de mercadoria”. Existe um produto feito em São Paulo para ser vendido em São Paulo, mas é enviado para o centro de logística, volta, e os impostos são menores. Isso induz um monte de ineficiências na economia. Nenhuma dessas coisas é responsável pela recessão aguda que temos agora, porque tudo isso tem efeito de mais longo prazo. Isso empobrece o País mais do que qualquer outra coisa. E a razão pela qual a recessão machuca tanto é que não somos um país rico.

Vivemos o desafio de tomar medidas para sair da recessão e, ao mesmo tempo, melhorar o crescimento. Como fazer isso num contexto político tão complicado?

Tenho muita simpatia por quem está tentando tomar essas medidas, exatamente por essa dificuldade. É verdade que muitas dessas coisas não são conflitantes. Acho que todos os Estados iriam se beneficiar se conseguíssemos ter um ICMS muito mais simples. O Brasil é um lugar em que se tem duas firmas no mesmo Estado produzindo a mesma coisa e com impostos completamente diferentes, porque a uma foi dada isenção para vir de outro Estado. Mas entendo que durante a recessão é um pouco complicado dizer: “Você vai ter de acabar com a isenção”. Vou pegar o exemplo do Rio de Janeiro. Há um decreto que diz que nas joalherias se paga menos imposto de circulação que em outras indústrias. É uma questão que mostra a que detalhe as pessoas estão chegando. Se perguntar a um secretário da Fazenda qual o imposto sobre um produto





A Embrapa foi responsável pela ocupação do Cerrado, antes uma região de terra degradada e que responde atualmente por 50% dos grãos produzidos no Brasil. Essa conquista é uma realização da tecnologia

“x”, ele diz: “Tenho de consultar a Receita”. Há tanta exceção que ninguém consegue guardar isso na cabeça.

O senhor tem falado bastante sobre o Simples. Diria que a questão tributária é uma das mais urgentes?

O Simples é outra coisa que afeta a produtividade. Temos um sistema em que se ganha desde que não seja muito grande. Um sistema especial para quem é pequeno é um incentivo negativo, para não crescer.

Por outro lado, o próprio setor produtivo precisa aceitar que mudanças são necessárias.

O senhor vê essa mudança de postura?

Tem uma frase que diz o seguinte: no Brasil, todo mundo quer progresso, mas ninguém quer mudança. É exatamente isso. Evidentemente, há uma parte do setor privado que joga nisso. Aqui, como em outros países, há uma falta de espírito público. Mas não podemos depender só do espírito público. O Estado tem de dizer ao empresário que não há mais esse tipo de subsídio do BNDES. Se quiser dinheiro do BNDES, vai pagar taxas normais ou vai ter que demonstrar que o seu retorno social é maior do que o do setor privado. E aí, sim, o governo pode te ajudar.

O senhor acredita que essa crise pode mostrar à sociedade que as mudanças são urgentes e necessárias?

Espero que o Brasil possa aproveitar. Alguém lembrou [do caso] dos deputados [que ficaram conhecidos como] “sete anões do orçamento”. Foram todos pegos, punidos etc. No Brasil, as pessoas esquecem as lições. Achei que depois do mensalão as pessoas seriam um pouco mais cuidadosas. Aparentemente, não tem efeito. Já falei da política industrial que foi tentada no governo Dilma, uma cópia do que foi feito pelos militares e não tinha adiantado daquela vez também, mas a gente esquece essas coisas.

Medidas como o teto dos gastos públicos e a reforma da previdência são passos acertados ou podem agravar a crise, uma vez que o nível de investimento já está baixo?

Temos de fazer não só a limitação do gasto público, mas também reformas como a da previdência. Elas vão permitir ao governo utilizar uma parte maior desse gasto público no investimento. Esse teto vai dar ao gestor e, principalmente, às assembleias e ao Congresso a ideia de que eles têm de fazer uma escolha. Há uma torta de um tamanho fixo e eles têm de decidir quem vai comer cada pedaço. Isso é uma coisa positiva.

Por que a Lei de Responsabilidade Fiscal não conseguiu criar essa disciplina?

De alguma maneira, ela foi burlada. Se ela tivesse sido cumprida no seu espírito, a questão fiscal hoje seria muito menos grave. Os empréstimos que foram canalizados por meio do BNDES para essas empresas que o governo tinha escolhido não fizeram parte do gasto público, foi um dos tipos de “pedalada”. Então, evidentemente isso não estaria dentro do espírito da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas a verdade é que construímos uma enorme dívida pública, se for considerar todos, e que hoje provavelmente está na ordem de 70% do PIB. Com a queda de receita, o déficit público é uma situação muito complicada que a Lei de Responsabilidade Fiscal não conseguiu deter.

Em sua visão, o que podemos esperar no curto prazo?

As pessoas estão prevendo um 2017 um pouco melhor do que o passado, um crescimento positivo. Mas acho que depende do que vai acontecer no cenário político. Se ele ficar muito pior, vai ser complicado. A reforma da previdência vai depender da existência de um governo viável, senão será difícil conseguir uma maioria para passar uma lei que causa problemas para uma parte dos votantes e cujos benefícios estão lá, mas devem ser explicados.

UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com grandes nomes dos meios acadêmico, intelectual e empresarial. O conteúdo desses encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do Brasil.

O material está disponível gratuitamente para meios acadêmicos, instituições, fundações e outras organizações que desejem promover e aprofundar a discussão sobre o Brasil.

Saiba mais em www.umbrasil.com



G

GOVERNO DONALD TRUMP

uma perspectiva brasileira



MARCOS AZAMBUJA

é diplomata, foi embaixador na Argentina e na França e secretário geral do Itamaraty. É membro do conselho curador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), e do Conselho de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP

O governo Donald Trump atravessa, logo ao se instalar, uma zona de turbulência para a qual é difícil encontrar precedentes na longa trajetória da democracia americana. Desde 1789, a cada quatro anos os Estados Unidos se engajam no ritual da escolha de seu presidente. Essa exemplar novela já tem 45 capítulos. E em tempos de paz ou de guerra, o ritual se cumpriu com maior ou menor pompa e circunstância, representando o momento mais solene de sua brilhante história democrática. Eles têm permitido que o governo do povo, pelo povo e para o povo perdure e seja símbolo e guia para aquele mundo que busca, com diferenças importantes de estilo, o caminho da legitimidade política dentro da moldura do Estado de direito.

Uma grande imprevisibilidade é o que define o momento atual. Donald Trump não tem um percurso na vida pública que nos permita julgá-lo. Não ocupou cargos eletivos nem exerceu funções de confiança no Poder Executivo. Não vem da matriz do Poder Judiciário nem comandou em tempos de guerra os exércitos de seu país como fizeram Ulysses Grant e Dwight Eisenhower. Ele não se enquadra nas definições clássicas do que seja um liberal, conservador ou socialista. Parece ser populista, supremacista, ultranacionalista e protecionista. Mas emprego a palavra “parece” porque Trump não tem obra publicada, posicionamentos assumidos ou declarações consistentes feitas ao longo dos anos que permitam identificá-lo com quaisquer das grandes vertentes do pensamento político contemporâneo.

Isso o faz, ao mesmo tempo, muito interessante e perigoso. Na escolha de seu nome há, para o mundo, mais riscos do que promessas, mas não se pode excluir a surpresa de uma administração Trump ousada e criativa na superação de procedimentos e discursos que vinham se desgastando há bastante tempo. Os modelos econômicos adotados não estavam permitindo que a classe média avançasse como esperava. A distância entre o poder econômico concentrado nas mãos de poucos e o esvaziamento do discurso rotulado como politicamente correto alimentaram uma insatisfação que se expressou não ape-

nas na eleição de Trump, mas também na Grã-Bretanha com o Brexit e na emergência de forças de direita ou extrema direita em vários países-chave no mundo industrializado. Em outras palavras, além dos elementos anedóticos e excepcionais da vitória de Donald Trump, o fato é que um ciclo de ação e comportamentos políticos e econômicos que começaram com o fim da Guerra Fria parecem estar esgotados e chegam ao seu fim.

Quais devem ser as expectativas brasileiras em tudo isso? Para alguns países e seus governos, as relações com a administração Trump deverão ser complicadas e contenciosas. Minha lista não é exaustiva, mas inclui prioritariamente a China, o México, o Irã, a Coreia do Norte, a Síria e a Venezuela.

Ao que tudo indica, o Brasil está fora do radar do novo presidente norte-americano. Não vejo questões que nos levem forçosamente a atrair provocações ou retaliações. Isso porque não temos atraído indústrias americanas para fabricar no nosso país nem desempregados operários americanos. Os Estados Unidos têm acumulado um apreciável saldo comercial conosco; as nossas disputas com Washington na Organização Mundial do Comércio (OMC) não são muitas (nem ferroses); e, sobretudo, estamos liberados de qualquer hipoteca bolivariana. Minhas preocupações se centram na situação de mais de um milhão de brasileiros que vivem e trabalham em terras americanas e dos quais uma ampla proporção está sem a documentação adequada. Nossos concidadãos não são, nem de longe, o maior contingente nessa situação nos Estados Unidos e constituem uma comunidade ordeira e produtiva. Mas essa presença reclama a nossa mais estrita atenção. O emigrante irregular é, de certa forma, um refém do qual nos cabe cuidar e proteger.

Parece prudente não só procurar desde o primeiro momento manter relações formalmente corretas com Washington, como também esperar definições mais claras de sua intenção política antes de sequer pensar em reviver aquela diplomacia presidencial que funcionou tão bem recentemente entre FHC e Clinton e entre Lula e Bush. Temos muito o que fazer em casa e é sensato aguardar, sem qualquer pressa, que a poeira assente em Washington.

Há sobradas razões para que o mundo se preocupe com a chegada de Donald Trump. Não minimizo os riscos do momento para eles e para nós. Há dias, José Serra com propriedade e humor recordou uma frase que vem dos campos de futebol, mas que se aplica como uma luva ao exercício da política: “Treino é treino e jogo é jogo”. Vamos continuar com o pé atrás, mas deixar, sem afobação, a bola correr.

&

O QUE VOCÊ FARIA SE PUDESSE TRANSFORMAR A CIDADE EM QUE VIVE?

Conheça o Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável, programa de aprimoramento da gestão pública desenvolvido pela Comunitas em diversas cidades brasileiras.

www.programajuntos.org.br

facebook.com/projuntos

juntos
pelo Desenvolvimento Sustentável

Comunitas



FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO × ESTADO LAICO

Exatos 500 anos separam a Reforma Protestante da conquista por um candidato evangélico da Prefeitura do Rio de Janeiro, a segunda maior cidade do País, com 6,5 milhões de habitantes. Ao afixar, em 1517, na Igreja de Wittenberg, as teses que fariam um contingente de cristãos se afastarem da Igreja Católica Apostólica Romana, o monge e professor de teologia germânica Martinho Lutero promoveu a cisão religiosa decisiva para que o Ocidente virasse a página da Idade Média.

texto HERBERT CARVALHO

A

Além da principal questão doutrinária – segundo a qual é a graça de Deus que salva, e não sacramentos ministrados por intermediários –, suas teses pregavam o reconhecimento do governo secular, abrindo caminho para a separação entre Estado e religião, princípio adotado nos países da Europa e da América a partir do advento do Iluminismo e da Revolução Francesa.

Ao traduzir a bíblia do latim para o alemão e se valer da então recente invenção da imprensa para difundi-la de forma massiva, Lutero desencadeou sucessivas divisões que variaram de acordo com diferentes interpretações dos textos sagrados, antes acessíveis apenas aos padres.

O Calvinismo (ou “Fé Reformada”), resultado do aprofundamento das ideias luteranas feito pelo teólogo suíço João Calvino, encontra terreno fértil em uma Inglaterra ansiosa por se distanciar de Roma. Ali surgem as igrejas anglicana e presbiteriana e o movimento puritano, majoritário entre os que imigrariam para a América do Norte. Por ter se espalhado também pelos Países Baixos, então à frente da expan-

são mercantil mundial, o cisma passa a ser visto como mola propulsora de um novo modelo econômico, de acordo com a análise do sociólogo Max Weber em sua célebre obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

No início do século 20 em Los Angeles (EUA) surgem cultos com experiências de transe e êxtase, nos quais fiéis passavam a falar em línguas estranhas, o que é interpretado como repetição do que aconteceu na Festa de Pentecostes, conforme relato bíblico dos Atos dos Apóstolos. Nasce assim o Movimento Pentecostal, que chega ao Brasil com a Assembleia de Deus, ainda hoje a maior das igrejas pentecostais, com 12 milhões de adeptos, segundo o censo de 2010.

Na década de 1970, as igrejas que seriam conhecidas como “neopentecostais” passam a fazer largo uso da mídia eletrônica como estratégia missionária. A principal delas é a Igreja Universal do Reino de Deus, fundada por Edir Macedo, proprietário da Rede Record e tio de Marcelo Crivella, prefeito eleito no ano passado no Rio de Janeiro pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB).

A ascensão ao Poder Executivo de um líder religioso que vê a homossexualidade como pecado e se posiciona contra o direito ao aborto legal é o ápice da investida política observada há vários anos na Câmara dos Deputados. Em Brasília, a bancada evangélica tem mais de 80 parlamentares, com representantes em 20 das mais de 30 legendas atuantes no País.

Em um momento sociopolítico de avanço conservador, no qual evangélicos ganham o apoio de católicos em questões como a do aborto, e aumento da intolerância entre religiões, surge a preocupação: estará o Estado laico brasileiro ameaçado pelo fundamentalismo religioso, na contramão dos ideais da Reforma de cinco séculos atrás?

CONTRARREFORMA

Até a chegada ao Brasil da corte portuguesa em 1808, quando D. João VI autorizou comerciantes ingleses a celebrar o culto anglicano, os únicos protestantes por aqui haviam sido os invasores franceses (1555) e holandeses (1630).

Desde os primórdios da colonização, Portugal introduzira as medidas e instituições ditadas pelo Concílio de Trento (1545), mais conhecidas como “Contrarreforma”, destinadas a fazer do catolicismo a única religião permitida nos países que se mantiveram fiéis a Roma: índice de livros proibidos, tribunais inquisitoriais do Santo Ofício e a Companhia de Jesus, que nos despachou padres como José de Anchieta e Manoel da Nóbrega para catequizar os índios.

Mesmo após a Independência, em 1822, o Estado brasileiro permaneceu ligado à Igreja Católica, encarregada de registros civis e cemitérios. Símbolo da intolerância religiosa dessa época é o túmulo de Júlio Frank, um professor alemão enterrado em 1841 no pátio da Faculdade de Direito de São Paulo, no Largo do São Francisco: por ser protestante, seu sepultamento em solo consagrado foi negado por autoridades eclesiais.

Com a Proclamação da República, em 1889, o princípio da laicidade foi adotado pela Constituição, que estabelecia a plena liberdade de crença e culto, vedando ao Estado privilegiar uma única religião. Essa cláusula, entretanto, acabou sendo modificada na Constituição de 1934, que reintroduziu o ensino religioso (leia-se católico) nas escolas.

Durante o Estado Novo (1937-1945), o catolicismo voltou a ser religião oficial, mas a Constituição de 1946 restabeleceu as liberdades de consciência e de crença e reafirmou o dispositivo da Constituição de 1891, segundo o qual “os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal”. O exercício livre de todos os cultos religiosos foi assegurado com base em uma emenda do escritor Jorge Amado, deputado eleito pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que relataria em suas obras a perseguição sofrida pelos praticantes do candomblé na Bahia.

A Constituição de 1988 não declara expressamente que o Brasil seja laico, mas traz de forma consolidada todos os elementos para esse entendimento: o Estado democrático como garantidor da igualdade e da liberdade, inclusive religiosa, de todos os cidadãos, e a separação entre Estado e religiões. O artigo 19 é explícito nesse sentido: “É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança”. O artigo 5º garante a manifestação livre do pensamento, as liberdades de consciência e crença e a proteção aos locais de culto e a suas liturgias. Diz ainda que “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política”.

Na prática, porém, fazer valer o princípio da laicidade não é fácil em lugar nenhum do mundo. O termo, de origem grega (*laikós*), foi popularizado na França, que, em 1905, colocou em sua Constituição a separação entre a sociedade civil e as entidades religiosas: o Estado não poderia ter nenhum poder religioso, tampouco as Igrejas poderiam exercer qualquer poder político. Mas em pleno século 21, das 200 nações existentes, 50 delas reconhecem em suas constituições uma igreja ou religião oficial. Entre as que reconhecem o catolicismo estão Argentina e Bolívia. Já o protestantismo é a religião oficial em Islândia, Noruega e Grã-Bretanha (Ingla-



Marcelo Crivella, prefeito do Rio de Janeiro, representa o ápice da presença evangélica na agenda política

terra e Escócia). É longa a lista dos países onde o islamismo é oficializado, e até o budismo se tornou religião de Estado em nações asiáticas como o Butão e a Tailândia.

Nas Américas, quase todos os países fazem menção a Deus em suas constituições, incluindo os Estados Unidos, o Canadá e o Brasil. As únicas exceções são México e Uruguai.

CRIACIONISTAS E INTOLERÂNCIA

Apesar de o Ocidente moderno ter se desenvolvido sobre a noção de que religião é matéria de foro privado, em nações como o Brasil ainda se ostentam símbolos religiosos em órgãos públicos, como crucifixos em fóruns, parlamentos e escolas. Tal realidade, além de ser inconstitucional, de acordo com a jurista Elza Galdino – autora do livro *Estado sem Deus: a Obrigação da Laicidade na Constituição* –, afronta o crescente número de brasileiros que afirmam não ter religião: 15 milhões de pessoas, de acordo com o censo de 2010. Instituições em defesa desse grupo têm surgido e se expandido, a exemplo da Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos (Atea), que conta com 15 mil associados.

A milenar tensão entre o Estado e a religião, entretanto, tem se agravado desde que se esboçou, nos Estados Unidos, uma reação contra o Estado laico, movida pela rigidez dogmática do pensamento protestante conservador, expresso na fórmula “a bíblia ao pé da letra”. Esses setores se insurgiram, por exemplo, contra o ensino da

Teoria da Evolução, de Charles Darwin. Tornaram-se mais conhecidos como “criacionistas”, por defenderem literalmente o mito de Gênesis, o que provocou embates nos tribunais em 1925, quando um professor foi acusado de desrespeito a uma lei do Estado do Tennessee, que proibia o ensino do Darwinismo nas escolas públicas. A defesa foi impedida pelo juiz do caso de apresentar cientistas como testemunhas em favor da Teoria da Evolução. Conhecido como o “Julgamento do Macaco”, o episódio ganhou repercussão mundial e foi transformado no filme *O Vento Será tua Herança*, de 1960, estrelado por Spencer Tracy, Fredric March e Gene Kelly. A história foi refilmada em 1965, 1988 e 1999.

No Brasil, o surto de intolerância religiosa tomou corpo na década de 1990, a partir do episódio do “chute na santa”. No dia 12 de outubro de 1995, o bispo Sérgio Von Helde, da Igreja Universal do Reino de Deus, protestou contra o feriado nacional dedicado à padroeira do Brasil em um programa na Rede Record. A seguir, na frente das câmeras, sem se importar com o artigo do Código Penal que capitula como crime vilipendiar o objeto de culto de qualquer religião, proferiu insultos e desferiu socos e chutes em uma imagem de Nossa Senhora de Aparecida.

De lá para cá, ações de pastores e crentes de confissões neopentecostais que tomaram conta de periferias, morros e favelas das maiores cidades brasileiras se dirigiram contra populações por eles entendidas “em estado de pecado”, como índios, homossexuais e adeptos de religiões de matriz africana. Estas

são por vezes ridicularizadas e satanizadas em programas religiosos televisivos que induzem os telespectadores a discriminar o candomblé e a umbanda e seus membros. Para fazer frente aos ataques fundamentalistas, no Estado de São Paulo foi instituída a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância, e a seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) criou a Comissão do Direito e Liberdade Religiosa.

No Congresso Nacional, o foco da bancada evangélica recai sobre os direitos sexuais e reprodutivos da mulher e contra a união homoafetiva, reconhecida por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2011 e reafirmada em 2013 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que proibiu os cartórios de recusar a realização do casamento civil para pessoas do mesmo gênero.

Mais de 30 projetos de parlamentares evangélicos propõem retrocessos até nos casos em que hoje o aborto é legal, como na gravidez de feto com anencefalia ou resultado de estupro. Um deles quer transformar a interrupção da gravidez em crime hediondo, enquanto outro visa a impedir a distribuição da pílula do dia seguinte. No fim de 2016, o STF descriminalizou o aborto até o terceiro mês de gestação. Para o ministro Luís Roberto Barroso, os artigos do Código Penal que criminalizam o aborto no início da gravidez violam direitos fundamentais da mulher. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, prometeu instalar, a pedido da bancada evangélica, uma comissão especial destinada a rever a decisão.

“CURA GAY”

A proposta da mesma bancada do Estatuto da Família – que define entidade familiar apenas como “a união entre um homem e uma mulher” – poderia trazer aos homossexuais que constituíram família com base nas decisões da Justiça a perda de direitos como herança, adoção de crianças, inclusão do cônjuge em benefícios previdenciários ou planos de saúde e possibilidade de somar rendimentos na análise de financiamentos.

O mestre em Ciências da Religião pela PUC de São Paulo e doutor em Psicologia, Luiz Eduardo Berni, adverte que o fundamentalista tem a pretensão de impor os fundamentos de uma religião aos demais. “Dentro desse universo de professar e levar a fé para as pessoas que não a conhecem, surgem as missões, que acabam dentro do parlamento brasileiro, empurrando goela abaixo da sociedade as dimensões do fundamento religioso de um grupo muito específico”, explica Berni. Para ele, em um Estado laico, nenhuma religião pode se sobrepor às outras. “Os crucifixos deveriam sair das paredes dos órgãos públicos”, defende.

Grande repercussão na mídia alcançou o caso de uma psicóloga que se apresentava como cristã nas redes sociais e defendia o tratamento de homossexuais, contestando uma decisão de 1990 da Organização Mundial de Saúde (OMS), que retirou a homossexualidade da Classificação Internacional

MAIS DE 30 PROJETOS DE PARLAMENTARES EVANGÉLICOS PROPÕEM RETROCESSOS ATÉ NOS CASOS EM QUE HOJE O ABORTO É LEGAL, COMO NA GRAVIDEZ DE FETO COM ANENCEFALIA OU RESULTADO DE ESTUPRO

de Doenças (CID). Em seu auxílio, veio o deputado João Campos, da Frente Parlamentar Evangélica, com um projeto de decreto legislativo que acabou conhecido como “cura gay”. Esse projeto tinha o objetivo de sustar a aplicação de dispositivos de uma resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Um deles diz que “os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades”. Outro afirma: “Os psicólogos não se pronunciarão nem participarão de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica”. Após intensa polêmica na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, o projeto foi arquivado, e a resolução do CFP continua valendo.

Episódio de intolerância religiosa, com consequências bem mais graves, ocorreu na Colômbia, nos dias que antecederam o plebiscito sobre o histórico acordo de paz entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e o governo do país, com o objetivo de por um fim a décadas de guerra civil. Em meio às quase 300 páginas do tratado de paz, um dispositivo garantia que “homens e mulheres participem e se beneficiem em pé de igualdade da implementação desse acordo”, mencionando ainda “a necessidade de se ter em conta a comunidade LGBT”. Foi o que bastou para que as igrejas evangélicas convencessem parte dos eleitores de que o texto, ao fim rejeitado, estimularia a dissolução das famílias e a homossexualidade das crianças.

É importante ressaltar que enquanto no Ocidente seitas cristãs demonstram intolerância, no Oriente Médio, por

exemplo, os cristãos são os perseguidos. Na Inglaterra, um parlamentar de Liverpool, Lord Alton, levou o assunto à Câmara dos Comuns, relatando casos de cristãos presos simplesmente por participarem de reuniões de orações. Citou episódios de líderes cristãos que passaram boa parte da vida na prisão por não abdicarem de sua fé e atos terroristas com a finalidade específica de matar cristãos ou destruir igrejas.

“O artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que defende a liberdade religiosa, é violado diariamente”, resumiu Alton. O patriarca ortodoxo sírio Inácio Aphrem II afirmou ao jornal *Christian Today* que “cristãos e pessoas de outras religiões estão sendo perseguidas em todo o mundo e muito pouca atenção é dada a isso por políticos e governos”.

No Brasil, Marcelo Crivella fez acenos a umbandistas e kardecistas para garantir que respeita todas as religiões, e usou até um funk como *jingle* de campanha. Entretanto, citou Deus sete vezes em seu discurso de posse. Outro prefeito evangélico, do pequeno município de Guanambi, na Bahia, foi além: no primeiro decreto de sua gestão, publicado no Diário Oficial, afirmou ter sido “designado por Deus”. Ignorando por completo o Estado laico, Jairo Silveira Magalhães fez a entrega da chave da cidade “ao senhor Jesus Cristo” e declarou que “todos os setores da prefeitura estarão sob a cobertura do Altíssimo”. Finalizou assim: “Cancelo em nome de Jesus todos os pactos realizados com qualquer outro Deus ou entidades espirituais. A minha palavra é irrevogável”.

&



A PENÚRIA DA ECONOMIA GAÚCHA

Com uma dívida pública que se arrasta há quatro décadas, o Rio Grande do Sul passou a ser comparado à nação que sofreu os efeitos mais nefastos da crise econômica mundial, a Grécia. Rombo na previdência e más administrações impediram o investimento do setor privado e conduziram a economia gaúcha à falência. Agora, o Estado se vê obrigado a equilibrar o orçamento e estimular o agronegócio e a indústria.

texto FABÍOLA PEREZ

U

Uma trágica combinação de fatores mergulhou o Rio Grande do Sul em uma recessão econômica que afogou o Estado em um déficit assombroso de R\$ 5,4 bilhões. Isso significa dizer que faltam R\$ 400 milhões ao governo para fechar as contas, todos os meses. O mais assustador, porém, é constatar que esse desequilíbrio não é recente. Pior do que isso. Situação essa que já se perdura há quatro décadas, e o quadro só se agrava com o passar dos anos. Contraditoriamente, o Rio Grande do Sul é o quarto Estado mais rico do País, posição que já começa a ser ameaçada pelo Paraná. Apesar de reunir bons indicadores sociais, convive com os piores números nas finanças públicas em todo o território nacional. Com problemas históricos de gestão, tornou-se um dos mais endividados da Federação. Com isso, não tem dinheiro para pagar funcionários públicos e, além de um grave desequilíbrio nas contas públicas, afastou o setor privado – que poderia investir e ajudar a aquecer a economia local. “Precisamos fazer um ajuste que nunca foi feito nas contas”, diz a economista-chefe da Fecomércio-RS, Patricia Palermo. “Sempre encontramos alternativas para resolver o problema dos gastos, mas desta vez não temos mais receitas extraordinárias para movimentar o sistema produtivo.”

Sua economia precisa de um ajuste fiscal e mudanças da administração pública e do olhar do investidor para a região. Antes, porém, algumas fragilidades devem ser urgentemente sanadas. A primeira delas atinge um dos motores econômicos gaúchos, o agronegócio. Até hoje, a atividade está sujeita às variações climáticas, o que implica diretamente a obtenção de lucro. O setor sozinho responde por 40% do Produto Interno Bruto (PIB) no Estado. “Mas toda vez que temos um período de quebra de safra, o agronegócio sente os efeitos”, afirma o economista da PUC-RS e da Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Rio Grande do Sul, Alfredo Meneghetti Neto. O segundo aspecto se refere às perdas geradas com a Lei Kandir, que entrou em vigor em 1996. Trata-se de uma isenção de imposto sobre as exportações. Estimativas demonstram que o Estado já deixou de receber R\$ 48 bilhões ao longo dos 20 anos de vigência da legislação. O terceiro problema diz respeito ao endividamento com a União, que se agravou com o calote do governo e o consequente bloqueio das contas gaúchas pelo governo federal em 2015. Por fim, o quarto fator se concentra nas finanças públicas. “A arrecadação de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS) não acompanha o crescimento do PIB, o que gera um descompasso no orçamento”, diz.

Diante da conjuntura, em novembro do ano passado o governador do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, decretou calamidade financeira na administração pública. Na prática, a medida significa racionalizar todos os serviços públicos, com exceção daqueles considerados essenciais. Na ocasião, o governo chegou a declarar que o Estado foi à falência por não conseguir pagar os servidores em dia. A dívida gaúcha já chega a R\$ 80 bilhões – R\$ 50 bilhões só ao governo federal. Para piorar a situação econômica, a expectativa era que o Rio Grande do Sul recolhesse R\$ 31,7 bilhões em 2016, mas segundo os cálculos da Secretaria da Fazenda (Sefaz), essa receita deve chegar somente a R\$ 30,4 bilhões, uma diferença de R\$ 1,3 bilhão, que corresponde à folha mensal de pagamento do Executivo. “O Estado tem um poderio econômico grande, mas as fragilidades e os equívocos de gestão têm causado um sentimento

DUPLICAÇÃO DAS PRINCIPAIS RODOVIAS, CONSTRUÇÃO DE MAIS UM AEROPORTO, AMPLIAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL SALGADO FILHO E A CONSTRUÇÃO DE PONTES NA REGIÃO METROPOLITANA SÃO ALGUNS DOS DESAFIOS ESTRUTURAIS DO RIO GRANDE DO SUL



Ricardo André Frantz/commons.wikimedia.org/foto editada



Fachada do Palácio Piratini, sede do governo estadual gaúcho

negativo em toda a população”, afirma Meneghetti. Como a principal fonte de arrecadação gaúcha vem do ICMS, o governo avaliou que seria necessário aumentar o tributo. Mas especialistas acreditam que por incidir sobre bens essenciais e afetar contribuintes com menor poder aquisitivo, a medida provocou a retração no consumo.

Em um cenário de crise estadual sem precedentes, que se acentua pelos índices de desemprego, a mudança teve um efeito inverso. “Parecia ser a forma mais fácil de resolver o problema de caixa. Mas, em vez de induzir a economia, elevou o custo das mercadorias”, explica o presidente do Instituto de Estudos Tributários (IET) do Rio Grande do Sul. Com isso, as pessoas deixam de consumir ou reduzem o consumo, os produtos passam a ser estocados e a indústria, consequentemente, deixa de fabricar e começa a demitir. “O aumento da tarifa foi considerado um mal necessário”, diz o economista e especialista em finanças públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Darcy Carvalho dos Santos. Os itens mais afetados, explica ele, como gasolina, telefonia e energia elétrica, quando sofrem mudanças no preço passam a ser mais ou menos procurados. Além do problema da arrecadação, o Estado vive hoje uma espécie de espiral negativa. Sem dinheiro, é obrigado a adiar o pagamento das contas para o mês seguinte, inclusive a dívida com a União. Mensalmente, as despesas são 23% maiores do que as receitas. Em junho de 2015, a economia gaúcha registrou um dos marcos no desequilíbrio das contas, a dívida pública chegou a R\$ 61 bilhões – um valor mais do que o dobro da receita anual do Rio Grande do Sul.

HISTÓRICO DE PROBLEMAS

Para o economista da FEE, Liderau dos Santos Marques Júnior, o cerne do problema está na dívida acumulada ao longo de décadas. Mas, além disso, há ainda a deterioração fiscal nos últimos anos e a recessão econômica que afeta a arrecadação. A razão principal do endividamento são os sucessivos déficits orçamentários ao longo dos últimos 40 anos. “Os principais sintomas do quadro de crise são os fatos de o governo administrar o caixa no dia a dia e financiar com atrasos aos servidores, fornecedores e credores”, diz. “As contas públicas não fecham em decorrência do excesso de compromissos assumidos no passado. Esgotaram-se as fontes de financiamento.” Para o economista, a postura fiscal adotada no médio prazo negligenciou o controle do crescimento da dívida pública. Meneghetti, da FEE, explica que dois termômetros para economia são o PIB e o ICMS, e eles precisam estar ajustados. “Quando um cresce, o outro também precisa crescer”, afirma o especialista. Contudo, não é o que se observa nos últimos anos. Desde a década de 1970, a arrecadação do imposto vem se defasando, e em 1980 a situação ficou ainda pior com o aumento da sonegação e dos incentivos fiscais.

Há quatro décadas, a arrecadação do ICMS cresce menos do que o PIB. E a sonegação, explica Meneghetti, faz com que haja uma comercialização não registrada, que não entra para os cofres públicos. Os postos de fiscalização em estradas e rodovias foram extintos com o passar dos anos. Nesses lugares, o tráfego de caminhões que transportam produtos sem nota fiscal aumentou. A falta de monitoramento sobre os



Futura Press/Folhapress

incentivos fiscais concedidos às empresas também prejudica a economia. “O governo poderia ter uma arrecadação 36% maior se não houvesse tantos incentivos. Não se faz o controle ou uma avaliação desses benefícios”, ressalta Meneghetti. Os incentivos devem ser utilizados para que empresas consigam gerar mais empregos e melhorar a produtividade. Entretanto, hoje, no Estado, são considerados acordos políticos sem transparência. Sempre que precisaram fechar as contas, os governadores gaúchos recorreram a empréstimos, privatizações, venda de patrimônio e até saques de depósitos judiciais – pagamentos feitos até a conclusão de uma disputa na Justiça. O problema é que essas alternativas se esgotaram, e o Rio Grande do Sul não tem mais margem de financiamento. “Sempre houve uma saída, mas agora todos os recursos extras acabaram e o déficit aumentou”, afirma Santos, da UFRGS.

Outro problema estrutural danoso aos cofres gaúchos é o rombo na previdência. O Rio Grande do Sul apresenta o maior déficit previdenciário do País proporcionalmente ao tamanho da população. Esse desequilíbrio deve se agravar nos próximos anos e acarretar a queda da capacidade de investimento da região. O Estado passou a gastar, em 2013, mais com aposentados e pensionistas do que com servidores na ativa, provocando um rombo bilionário a cada ano. Para se ter uma ideia, o gasto com a previdência superou a arrecadação em R\$ 7,5 bilhões, equivalente a 30% da receita corrente líquida. Atualmente, para cada cem servidores da ativa, existem 120 aposentados e pensionistas. “O Rio Grande do Sul se estabeleceu como Estado muito cedo e, por isso, tem um número de aposentados muito grande”, diz Patrícia, da Fecomércio-RS. O Estado gaúcho, explica Darcy Carvalho dos Santos, tem uma longevidade maior do que outros do território nacional. Além disso, também se privilegiou a oferta abrangente de serviços

públicos há mais tempo do que em outras regiões do País. Tornou-se, assim, um sistema insustentável, já que a expectativa é que o déficit siga aumentando até 2023 e alcance o valor de R\$ 9,3 bilhões.

A precariedade da infraestrutura gaúcha também impede que o Rio Grande do Sul se desenvolva. Sem estradas, pontes e aeroportos em boas condições de operação, não há prosperidade. Qualquer entrave aos transportes aumenta o custo logístico e impacta no bolso do consumidor. O Estado gasta quase um quinto de seus recursos com logística, um índice três vezes superior ao considerado aceitável. O problema é resultado da falta de planejamento, do baixo investimento público e da pouca participação da iniciativa privada em projetos de construção, ampliação de rodovias, hidrovias, portos e aeroportos. “Precisamos de uma infraestrutura mais moderna e ampla, mas não há dinheiro para investir”, diz Patrícia. “Se o Estado não tem verba para fazer parcerias público-privadas (PPPs), ainda existe a opção de fazer concessões, em contratos que concedem o direito de exploração durante um determinado período e recebe por isso”, explica. Mas quando o setor público vai mal, como no caso gaúcho, todos os setores sofrem com os efeitos negativos. Um cenário de problemas financeiros, mais cedo ou mais tarde, faz com que o governo eleve os tributos, piorando o ambiente de negócios para as empresas que querem se instalar na região. “Essas medidas acabam onerando quem quer empreender, o que se traduz em um baixo índice de atratividade”, afirma Fernanda.

O descompasso nacional de investimento em infraestrutura também reflete negativamente no Estado. Mobilidade urbana é um dos gargalos. Em 2015, segundo a Confederação Nacional do Transporte (CNT), o investimento em infraestrutura de transporte representou 0,19% do PIB, correspon-

Seguranças tentam conter protesto de servidores em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre, após o Governo do Estado do Rio Grande do Sul anunciar calamidade financeira na administração pública. O pacote do governo gaúcho para conter a crise financeira foi anunciado e, entre as medidas, estão a extinção de 11 órgãos ligados ao Executivo e a redução no número de secretarias, que passa de 20 para 17, com três fusões

dendo a R\$ 11 bilhões. Em países em desenvolvimento, esse valor oscila entre 7% e 10% do PIB. Mudanças estruturais precisariam sair do papel, como a duplicação das principais rodovias; a construção de um aeroporto na regiões Central e Vale e Norte; a melhora da eficiência dos aeroportos em Missões; a ampliação do Aeroporto Internacional Salgado Filho; e a construção de pontes na região metropolitana. Outro aspecto é que os gaúchos amargam as consequências da recessão nacional. “Somos um importante fornecedor para o todo o País, e se o Brasil vive uma crise, nós também vivemos”, afirma o economista e coordenador de contas regionais da FEE, Roberto Rocha. “Não conseguiremos retomar sozinhos, mesmo com o desempenho dos setores mais aquecidos será preciso investir em infraestrutura e sanar os problemas logísticos que prejudicam a aproximação do setor privado”, destaca. O economista Meneghetti concorda que a economia gaúcha depende do vigor da brasileira. “Os empresários sentiram o desânimo e passaram a não confiar na pujança gaúcha.”

PARA SAIR DO CAOS

A penúria das contas públicas afeta não apenas o governo e as empresas, como também toda a população. Funciona como um ciclo: servidores públicos estaduais recebem os salários de forma parcelada e ainda ficam sujeitos a atrasos. Nessas categorias, estão policiais civis e militares, professores e outros profissionais que reagem com paralisações que abalam os serviços em geral e provocam a revolta da população. Assim, para tentar driblar a crise e melhorar a administração pública do Estado, o governo anunciou, em novembro do ano passado, um pacote de medidas na tentativa de reequilibrar as finanças. O objetivo é conseguir uma economia de R\$ 6,7 bilhões em quatro anos. Entre as principais medidas está a redução do número de secretarias, a extinção de autarquias e de fundações – que, segundo estimativas do governo, deverá gerar uma economia de R\$ 129,8 milhões –,

a privatização de quatro companhias estaduais, as mudanças no serviço público e na segurança pública e a ampliação do ajuste fiscal. “O pacote do governo, aliado à redução da taxa Selic e à inflação abaixo da meta, estimula empresários gaúchos e coloca a região em uma perspectiva de reversão de tendências negativas”, afirma Meneghetti.

NA TENTATIVA DE REEQUILIBRAR AS FINANÇAS DO ESTADO, O GOVERNO LANÇOU UM PACOTE DE MEDIDAS: REDUÇÃO DO NÚMERO DE SECRETARIAS, EXTINÇÃO DE AUTARQUIAS E DE FUNDAÇÕES, PRIVATIZAÇÃO DE QUATRO COMPANHIAS ESTADUAIS, MUDANÇAS NO SERVIÇO PÚBLICO E NA SEGURANÇA PÚBLICA E AMPLIAÇÃO DO AJUSTE FISCAL

Com a casa organizada, é mais fácil para os outros setores prosperarem. O agronegócio, por exemplo, é considerado o motor da economia gaúcha. “Apesar de estar sujeita aos fatores climáticos, a agropecuária tem a função de segurar as atividades econômicas no período de recessão”, diz Rocha, da FEE. De acordo com dados da fundação, no ano de 2016 as exportações do agronegócio somaram US\$ 11 bilhões, o que representa uma queda de 5,7% em relação ao ano

anterior. Apesar da diminuição, a atividade ajudou nas estatísticas do emprego formal. Foram criados 8.446 postos de trabalho desde janeiro de 2016, uma alta de 0,2% em relação a 2015. “O setor tem efeitos multiplicadores que movimentam toda a economia”, diz o economista da FEE. “Há o processamento dos grãos, a industrialização do milho, da soja e do arroz, que por sua vez repercute na indústria e nos serviços, acionando a cadeia logística em seguida.” Outros segmentos, nem tão promissores, terão de se reinventar neste ano para sobreviver à crise. A região das Serras Gaúchas, que fabrica peças e acessórios e sofreu os efeitos mais duros da retração nacional, depende muito da indústria metal-mecânica. Já na região onde se concentra a fabricação de calçados, o setor teve de incrementar as vendas para o exterior como meio de resistir.

Assim, enquanto os setores da indústria e de serviços passam por uma recuperação, a grande promessa é a agropecuária no Estado. “A expectativa é que ocorra um processo de recuperação, porque com uma economia fraca, o governo recolhe menos impostos e não há margem para investimentos”, diz Patrícia, da Fecomércio-RS. Apesar das projeções, o governo não estabelece prazo para sair da crise. Afinal, o processo para reestruturar as finanças públicas, desorganizadas por quatro décadas, não será imediato. A única solução no curto prazo, segundo economistas, seria a ajuda do governo federal. Ainda assim, o Rio Grande do Sul precisa perseguir a meta do superávit fiscal, ou seja, dispor de algum dinheiro depois de pagar as despesas. Reduzir o custo com a máquina pública e o gasto com os servidores inativos também faz parte da lista de prioridades, segundo especialistas. Há ainda o fator externo que se refere à recuperação da economia do País. Se as condições se mantiverem favoráveis, como a inflação abaixo da meta e a taxa de juros baixa, bem como algumas reformas estruturais saindo do papel, o território gaúcho terá finalmente a chance de deixar de se livrar da alcunha de *Grécia brasileira*, ao dar o calote na União em agosto de 2015, para ocupar a posição de um dos Estados mais ricos e prósperos da Nação. Até lá, muito ainda precisa ser feito.

&

E

ESCOLHAS REPUBLICANAS

Acadêmicos, empresários e estudantes discutem os desafios sociais, econômicos e políticos do Brasil no Lemann Dialogue

A realidade político-social do Brasil dos dias atuais, infelizmente, não oferece alternativas imediatas para gerar crescimento econômico e devolver esperança aos mais de 12 milhões de pessoas que perderam suas vagas de emprego. Para reverter esse cenário, é inevitável que o governo torne reais as denominadas “reformas estruturais”: da previdência, trabalhista e, principalmente, a política, esta última mais difícil de ser colocada em prática, pois envolve o corte de privilégio das pessoas que lá estão. Também são essenciais ajustes estratégicos na área da educação.

A sociedade precisa discutir quais investimentos quer priorizar e ter ciência do que ganha ou perde com base em suas decisões. Em entrevista à plataforma UM BRASIL (www.umbrasil.com), o economista e professor da Universidade Columbia, Rodrigo Soares, diz que ao longo dos últimos anos alocamos recursos em setores errados. Com isso, hoje não é possível termos a possibilidade de novas escolhas.

Para debater alguns dos gargalos que travam o desenvolvimento do País, acadêmicos, estudantes e empresários americanos e brasileiros, entre eles, Jorge Paulo Lemann, reuniram-se em novembro do ano passado em mais uma edi-

ção do Lemann Dialogue. O evento aconteceu em Cambridge, na Universidade Harvard, nos Estados Unidos. O Lemann Dialogue permite o diálogo entre as universidades americanas Columbia, Stanford, Harvard e Illinois sobre os desafios sociais, econômicos e políticos do Brasil. A conferência oferece a oportunidade de conexão entre instituições de ensino e respeitados acadêmicos e especialistas em políticas públicas.

Sob o tema “Além da crise”, os palestrantes avaliaram as dificuldades que o País terá de superar nos próximos anos e apontaram possíveis caminhos para questões relacionadas a reforma política, economia, educação e segurança pública. Presente na conferência, a revista **Problemas Brasileiros** destaca nesta edição dois temas que pautaram o debate: política e educação.

QUESTÕES POLÍTICAS

O ex-ministro da Saúde Marcelo Costa e Castro criticou o funcionamento do sistema de partidos. “Temos mais de 35 partidos, e no Brasil existe a tendência de os novos não tomarem partido. Tudo é personalizado, é a pessoa individualizada. Os partidos não têm força, não têm representatividade. A sociedade também não se lembra em quem votou”, opinou. Para o cientista político Fernando Limongi, um dos principais entraves do partidário é o financiamento do horário eleitoral. A fim de garantir visibilidade, os partidos se unem de acordo com a conveniência do momento. “Partido político brasileiro não morre, tem garantido fundo partidário e tempo de TV. Isso precisa acabar.”

“Desta forma que caminhamos, há grandes chances de aparecer um salvador da pátria”, pontuou a professora de Política e Assuntos Internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Daniela Campelo. O ex-secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, José Maria-no Beltrame, observou que tudo na gestão pública é político: “Você não consegue emplacar

EXISTE NO BRASIL UMA PERSONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS E IDEIAS. NA PASSAGEM DE MANDATO, OS PROJETOS PARAM OU SÃO REMODELADOS

coisas por questões políticas. O político quer ser protagonista e isso prejudica tudo”.

A busca por boas práticas de governança já existentes e sua reedição em Estados e municípios foi um dos pontos abordados pelo embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Sérgio Amaral. “Para a Nação avançar em todas as áreas, é necessário que o sistema político funcione”, afirmou o diplomata.

EDUCAR MELHOR

Outra área muito discutida na conferência e que precisa de aprimoramento urgente é a da educação. Em 2016, o assunto veio à tona com a construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece conteúdo mínimo a ser ensinado nas escolas. A reforma do ensino médio também dividiu opiniões quanto à alteração da carga horária e à flexibilização das disciplinas lecionadas.

“Temos de pensar em novas habilidades e competências para avaliações: qualidade, equidade e acesso de permanência. Atualmente existe um verdadeiro ‘fosso’ entre universidades, secretários de educação e escolas. E não podemos esquecer de melhorar os salários dos

professores no início da carreira”, destacou o professor de Administração Pública da FGV, Fernando Abrucio.

A administração escolar foi um dos aspectos apresentados por Cleusa Repulho, consultora da Fundação Lemann. “Os gestores das escolas precisam ter experiência que vá além de gestão. Eles têm de ter conhecimento em logística, transporte, merenda, psicologia. É preciso discutir essas questões, pois o que ocorre no dia a dia, infelizmente, é que os diretores tentam cuidar de todos esses itens e, se sobrar tempo, cuidam da aprendizagem”, disse, ao avaliar o dia a dia de trabalho do diretor de escola.

Para a professora visitante do mestrado de Educação de Harvard, Claudia Costin, o ciclo escolar brasileiro é irregular quando se mede a qualidade.

Evoluímos no ensino primário, mas o nono ano e o ensino médio estão estagnados. “No ensino médio, em quatro horas por aula para 13 disciplinas (em algumas escolas são 15) é impossível praticar competências. Acaba não formando ninguém.” Costin também lembrou que a formação inicial do professor tem deficiências. “O que se leciona ao professor deve ser relevante para a prática profissional.”

Ela destacou ainda a necessidade de a escola se esforçar para tratar de forma especial cada aluno. “Esta é a grande diferença entre equidade e igualdade: para distintas necessidades e estilos de aprendizagem, recursos e processos adaptados a elas. Isso inclui alunos com deficiência, superdotados ou com fragilidades de formação. Trata-se de um desenho universal de aprendizagem que contemple a todos.”

TAREFA A CUMPRIR

De modo geral, a “cultura” dos governantes, principalmente em início de mandato, precisa mudar. Existe no Brasil uma personalização de programas e ideias, e na passagem de mandato, os projetos param ou são remodelados (especialmente quando os que assumem são de partidos adversários).

Cabe ao eleitor brasileiro avaliar os gestores públicos e os políticos em fim de mandato, nos poderes Executivo e Legislativo. Temos apenas o hábito de monitorar. É necessário praticar o exercício de mensurar o que deu certo ou errado. Diferentes setores precisam atuar integrados: as universidades, o setor privado, a sociedade civil e o governo. Além disso, é inevitável despendere recursos em pesquisa e desenvolvimento para criar ambientes de inovação e geração de empregos.

Que em 2017 possamos começar a desfazer grupos de interesse para mitigar o gasto público que aumentou demasiadamente nas últimas décadas e diminuir o tamanho do Estado. Mais do que isso, devemos incentivar o envolvimento da sociedade em uma democracia participativa de fato, cobrar resultados dos gestores públicos e atuar como protagonistas em um ambiente de cidadania.

&

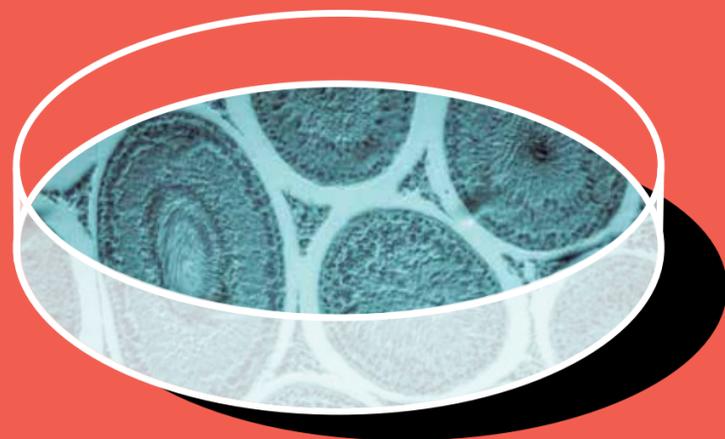


ANDRÉ ROCHA

é jornalista e diretor de conteúdo da revista *Problemas Brasileiros* e da plataforma multimídia UM BRASIL

EM BUSCA DA CURA DO CÂNCER

texto SABINE RIGHETTI



Em 2016, cientistas conseguiram modificar pela primeira vez o DNA humano para tratar um câncer de pulmão, turbinaram células de defesa do organismo para combater um tipo agressivo de leucemia e colocaram no mercado novos tratamentos que ajudam o sistema imunológico a combater alguns tipos de câncer como o melanoma, que surge das células produtoras de melanina, pigmento que confere cor à pele. Agora, o consenso de oncologistas de todo o mundo é que técnicas como essas, hoje consideradas de fronteira, vão dominar, de maneira combinada, os tratamentos do câncer – doença que deve registrar cerca de 600 mil novos casos no Brasil no biênio 2016-2017, de acordo com o Instituto Nacional de Câncer (Inca).

O que chamamos de “câncer” é um conjunto de mais de uma centena de doenças, que começam com o mau funcionamento de uma célula e a sua subsequente multiplicação desenfreada até que se forme um tumor – processo que intriga os cientistas há mais de um século. Se os tumores se espalharem pelo corpo, em metástases, trata-se de um câncer maligno.

Há décadas, a praxe da medicina é usar fármacos para atacar e matar as células, as cancerígenas e as saudáveis. Às vezes dá certo, especialmente se a doença for diagnosticada no início: se descoberto no começo, o índice de remissão do câncer chega a 90%. Nem sempre, no entanto, o organismo responde bem à quimioterapia, e em alguns casos os efeitos colaterais, como a queda da imunidade, são graves.

No futuro, dizem os oncologistas, a lógica deverá se inverter: no lugar de atacar o corpo, a proposta de tratamento será a de fortalecer as

defesas do organismo e desbloquear, por meio de engenharia genética, as proteínas das células que impedem que o próprio sistema imune combata a doença. É a chamada “imunoterapia”, destaque de 2016 no encontro anual de especialistas em câncer, promovido pela Sociedade Americana de Oncologia Clínica em Chicago (EUA) e promessa de garantir novos resultados para os próximos anos.

“A crescente compreensão da interação entre imunologia (as defesas do organismo) e desenvolvimento de tumores levou a avanços no tratamento de diversos tipos de câncer nos últimos anos”, diz a médica do serviço de oncologia clínica do Inca, Carolina Fittipaldi Pessôa. “Estudos vêm demonstrando resultados promissores com tratamentos voltados para o sistema imunológico.”

DEFESA

As pesquisas de universidades de ponta do mundo e das grandes farmacêuticas na área de imunoterápicos começaram há mais de uma década. O foco inicial foi o melanoma, um tipo agressivo de câncer de pele que corresponde a 1,6% dos cânceres no mundo e que teve 5,67 mil novos casos no Brasil em 2016, de acordo com o Inca. Os primeiros bons resultados de tratamentos com imunoterápicos para a doença vieram à tona em 2010. Os medicamentos chegaram ao mercado dos Estados Unidos alguns anos depois.

No Brasil, os imunoterápicos ganharam força em 2012 com a aprovação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) do ipilimumabe, da Bristol-Myers Squibb Brasil, para o tratamento de melanoma em estágio avançado e metastático. Em abril de 2016, entrou no mercado o nivolumabe, do mesmo laboratório. Foi o primeiro imunoterápico disponível para o tratamento de dois tipos da doença: melanoma e câncer de pulmão – carcinoma que mais mata no mundo (o Inca estima 28,22 mil novos casos de câncer de pulmão no País em 2016, cinco vezes mais do que os de melanoma). Em outubro do ano passado, foi a vez da liberação no Brasil do pembrolizumabe, da MSD, medicamento que ganhou visibilidade por ter driblado, em 2015, um melanoma metastático que já havia atingido o cérebro do ex-presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, aos 92 anos.

Até agora, os resultados dos imunoterápicos têm sido melhores do que os encontrados por

tratamentos já existentes, e os efeitos colaterais são quase nulos, algo bem diferente da quimioterapia. “O tratamento age em todas as células que estão em duplicação, por isso a pessoa passa mal. Drogas anticâncer são altamente tóxicas porque o mal é muito grande”, diz a líder do grupo de genômica e biologia molecular do hospital A. C. Camargo Cancer Center, Dirce Carraro.

Mais: alguns tipos de câncer não respondem à quimioterapia. É o caso, por exemplo, do câncer de pulmão causado por um tipo específico de mutação em um gene chamado “Kras” – um dos alvos do centro de estudos do hospital paulistano.

ALTO PREÇO

O problema dos imunoterápicos é o custo. O nivolumabe, para melanoma, por exemplo, pode sair por mais de US\$ 150 mil (cerca de R\$ 450 mil). Já o ipilimumabe custa mais de US\$ 100 mil (cerca de R\$ 300 mil), o que torna as drogas inacessíveis aos sistemas público e privado de saúde de todo o mundo. “O custo do tratamento vem sendo tema frequente de debate em diversos congressos da área oncológica nos últimos anos”, afirma Carolina Fittipaldi, do Inca.

“Apesar da comprovação da eficácia de algumas drogas em diversos tumores, questiona-se o preço atribuído a elas e a relação entre custo e benefício do tratamento. Há pesquisas para identificar os pacientes que efetivamente terão alguma vantagem com esses tratamentos.”

A imunoterapia, no entanto, não deve substituir completamente a quimioterapia e a radioterapia. Para o futuro, a expectativa dos oncologistas é integrar imunoterapia com uma das duas técnicas ou com outras formas de tratamento que venham a surgir.

MANIPULAÇÃO

As drogas imunoterápicas não estão sozinhas entre as novidades recentes contra o câncer. Para o chefe de pesquisa clínica do hospital Sírio-Libanês, o oncologista Bernardo Garicochea, um dos destaques de 2016 na área foram os bons resultados de tratamento do câncer com as células CAR-T, que conseguiram um índice de remis-

O CÂNCER DE PRÓSTATA É O MAIS COMUM ENTRE OS HOMENS BRASILEIROS, COM 61,2 MIL NOVOS CASOS EM 2016. TRÊS EM CADA QUATRO PACIENTES NO MUNDO TÊM MAIS DE 65 ANOS

são superior a 90% para as leucemias linfoides crônica e aguda.

O processo basicamente consiste em retirar por meio de filtragem no sangue os linfócitos (células de defesa) do organismo do paciente para fortalecê-los em laboratório. A ideia é que, ao serem injetados de volta ao corpo, esses novos linfócitos mais fortes consigam combater a doença. No caso, os cientistas transformam as células T, que geralmente não conseguem “enxergar” o câncer para combatê-lo, em CAR-T, capazes de identificá-lo. Há bons resultados de tratamento de CAR-T para cânceres hematológicos. A expectativa é que, ao funcionar bem em leucemia, a técnica possa apresentar bons resultados em tumores sólidos (os que não são de sangue).

Esse tipo de terapia, no entanto, ainda é considerada arriscada pelos oncologistas: sem sistema imunológico por um tempo, o paciente pode morrer com uma simples gripe. Além disso, há um risco de inflamação na reintrodução das células no organismo. A expectativa é obter novos resultados nos próximos anos.

NOVO DNA

Outra novidade no tratamento de câncer chamou a atenção de especialistas de todo o mundo no ano passado. Pesquisadores da Universidade de Sichuan, na China, conseguiram pela primeira vez “editar” o DNA de um homem com câncer de pulmão. A técnica Crispr-Cas9 (lê-se “crispercas-nove”) foi anunciada na revista científica inglesa *Nature*, em novembro.

Segundo o bioquímico e pesquisador do A. C. Camargo Cancer Center, Martín Roffé, essa metodologia tem o objetivo de modificar o genoma

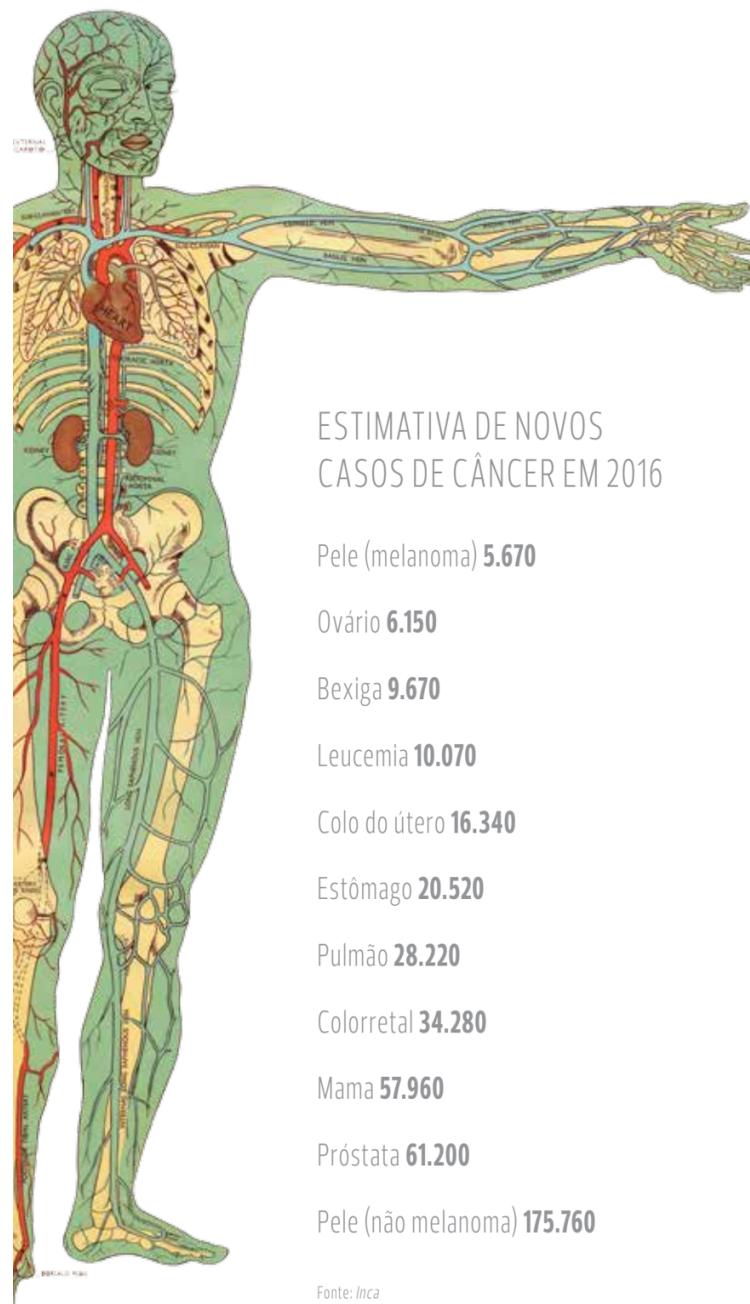
de maneira que genes de interesse – por exemplo, aqueles que causam doenças – possam ser removidos ou editados. “É possível [por meio do *Crispr-Cas9*] inserir novas sequências mediante uma tecnologia muito simples e prática”, diz Roffé. Ou seja: a partir de agora já é possível eliminar partes indesejadas do genoma que causam doenças e, se necessário, inserir novas sequências no local.

No caso dos chineses, eles conseguiram “desligar” os genes que produzem uma proteína (PD-1) que freia a resposta imune da célula ao tumor e que permite que ele cresça. Com isso, o organismo do paciente deve conseguir combater a doença – o que ainda está sendo estudado. A técnica deve ser replicada em mais alguns pacientes com a mesma doença.

PREVENÇÃO

Atualmente, os cientistas publicam quase 300 novos estudos por dia sobre câncer em todo o mundo em busca de compreender os mecanismos da doença e de novos tratamentos, de acordo com dados levantados na base global de periódicos científicos *Web of Science*. Uma das perseguições da ciência é entender as causas das mutações que levam aos diversos tipos de câncer.

Os pesquisadores estimam que, hoje, por exemplo, cerca de 30% dos tumores estejam ligados a infecções por vírus. Caso, por exemplo, do câncer de colo de útero, causado pelo papilomavírus humano (HPV). Trata-se do terceiro tumor mais frequente na população feminina do Brasil, com 16,34 mil novos casos em 2016, atrás somente dos cânceres de mama e do colorretal. O Brasil avançou na sua capacidade de realizar diagnóstico precoce, de acordo com o Inca. Na



década de 1990, 70% dos casos diagnosticados de câncer de colo do útero eram invasivos (estágio mais agressivo da doença). Hoje, esse número caiu para 56%, taxa ainda considerada alta para padrões de países desenvolvidos.

A expectativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) é que nas próximas décadas os países em desenvolvimento concentrem 80% dos mais de 20 milhões de casos novos estimados para 2025. “É importante conhecer os riscos intrínsecos de uma pessoa para adaptar os cuidados e as medidas de prevenção”, diz Carolina Fittipaldi.

CAUSAS

Cerca de 10% dos tipos de câncer são hereditários, ou seja, herdados de família. Caso, por exemplo, do câncer de mama causado por mutação no gene BRCA. É esse o tipo de mutação que a atriz Angelina Jolie possui, que, com histórico familiar da doença e 87% de chance de repetir a ocorrência, optou por uma mastectomia (retirada das mamas) preventiva em 2013.

Os demais tipos, chamados de “esporádicos”, estão ligados a hábitos que facilitam as mutações e que causam o descontrole celular, como a obesidade, os usos de cigarro e álcool e a exposição excessiva ao sol. Outro fator que leva ao desenvolvimento da doença é o envelhecimento. Para se ter uma noção, o carcinoma mais comum entre os homens brasileiros, o de próstata, com 61,2 mil novos casos em 2016, é considerado pelo Inca um “câncer da terceira idade”. Isso porque três em cada quatro pacientes no mundo com essa enfermidade têm mais de 65 anos.

“Além do fator intrínseco genético, um dos maiores fatores de risco para o câncer e o que não podemos modificar é o envelhecimento. Quanto mais velho, maior o risco de desenvolver um câncer”, ressalta a médica do Inca. Conforme a idade avança, a incidência da doença tende a aumentar, reforçando a necessidade de prevenção.

É possível vencer a guerra contra uma enfermidade que ataca, no Brasil, uma em cada cinco mulheres e um em cada três homens? É cedo para falar, ponderam os cientistas, mas se for possível fazer do câncer uma doença crônica e controlável como a aids (o que pode acontecer em algumas décadas), a batalha estará praticamente ganha.

&

A DIFÍCIL DEFESA DA MULHER

texto RAÍZA DIAS

Há dez anos, o Brasil dava um importante passo na defesa dos direitos humanos e na batalha contra a violência doméstica, problema com raízes profundas no País. Arraigada em uma cultura de machismo por vezes até imperceptível, a agressão praticada por anos contra mulheres só foi encontrar em agosto de 2006 uma legislação direcionada a coibir as ameaças contra a vida de milhares de brasileiras.

A Lei nº 11.340, popularizada como “Maria da Penha”, em uma década de vigência trouxe mecanismos para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Para isso, criou órgãos públicos especializados, como juizados especiais, defensoria pública, casas-abrigo, delegacias e políticas voltadas a esse propósito. De lá para cá, o Brasil avançou nesse embate atingindo inclusive posição de destaque por criar uma das leis mais avançadas do mundo. “A Lei Maria da Penha só é considerada uma das melhores por ser integral, envolvendo prevenção, assistência, repressão e promoção de direitos. Ela é completa ao olhar a violência doméstica”, avalia a ex-secretária-adjunta de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres, e atualmente consultora na área de gênero, Aline Yamamoto.

No entanto, ainda há muito a percorrer. A cada sete minutos uma pessoa do gênero feminino entra em contato com o 180, número da Central de Atendimento à Mulher, do governo federal, que registra denúncias de violência e orienta quanto a direitos e serviços especializados. Por dia, são

mais de 3 mil atendimentos realizados e, desse total, quase 13% se referem a relatos de violência. Os dados são do primeiro semestre de 2016.

De acordo com boletim do Ligue 180, dois terços das denúncias de violência contra a mulher têm ex-companheiros, cônjuges, namorados ou amantes da vítima como agressor. Em quase 40% dos casos, a violência é diária. Apesar de ser difícil mensurar a efetividade da legislação nesses dez anos, é consenso que dispor de políticas públicas específicas foi essencial para iniciar uma jornada contra a violência doméstica.

MAPEAMENTO DA VIOLÊNCIA

Uma análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) feita em 2015 para avaliar a efetividade da Lei Maria da Penha apontou que ela conseguiu reduzir em cerca de 10% a taxa de homicídio contra as mulheres dentro das residências. “Entre as dificuldades que tivemos foi a ausência quase que completa de dados. É possível imaginar a violência doméstica como um *iceberg*, em que mais de 90% dos casos não chegam ao conhecimento da sociedade”, alerta o técnico de planejamento e pesquisa do Ipea, Daniel Cerqueira. A metodologia do levantamento se baseou em um cenário estimado do crescimento dos homicídios caso a lei não existisse.

Dados divulgados em julho de 2016 aferidos pelo Instituto DataSenado mostram que 61% dos entrevistados têm a percepção de que a violência contra a mulher aumentou nos últimos 12 meses. O resultado mostrou ainda que a mesma parcela (61%) conhecia alguém que tinha sido vítima desse tipo de agressão.

A falta de acordo sobre como está o quadro de violência contra a mulher no País é natural, considerando a ausência de informações centralizadas e o fato de muitos casos ainda serem desconhecidos pelos órgãos públicos. Aline Yamamoto inclusive chama a atenção para o cuidado ao avaliar a questão. “Uma pesquisa isolada não dará a dimensão nem avaliará a lei por completo. Estamos falando de uma violência que está na cultura e mexe com a estrutura básica da sociedade e das relações pessoais, que envolve discriminação e objetificação da mulher. Ainda assim, a pesquisa é valiosa porque é capaz de captar informações que, por vezes, não chegam ao sistema formal de Justiça”, alerta.

SOLUÇÕES DA LEI

Apesar da dificuldade na aplicação dos efeitos da Lei Maria da Penha, sua sanção trouxe para a sociedade a conscientização sobre o assunto, bem como criou mecanismos de atendimento às mulheres e a possibilidade de essas vítimas serem ouvidas para tentar interromper o ciclo de violência. “A lei foi estruturante para ampliar os serviços não só no âmbito de segurança pública, mas de acolhimento com orientação jurídica e apoios psicológico e social, fundamentais para essas pessoas que buscam o Estado para além da questão penal”, cita Aline.

Sua promulgação permitiu que diversos entes públicos trabalhassem em prol da mesma causa. Exemplo disso foi a ação criada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, por meio do projeto Prevenção da Violência Doméstica com a Estratégia de Saúde da Família. A iniciativa aproveita o trabalho das agentes comunitárias de saúde para orientar e instruir mulheres de comunidades carentes de São Paulo quanto aos serviços e direitos previstos pela Lei nº 11.340. “A agente comunitária de saúde já faz uma visita periódica às moradoras e acessa as residências onde, por muitas vezes, as mulheres silenciam a respeito da violência. Contudo, com o trabalho, cria-se um vínculo entre elas”, explica a promotora Fabíola Sucasas Negrão Covas, do Grupo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, do Ministério Público.

A ação não visa necessariamente a acionar a polícia em casos de agressão, mas quer atuar levando informação para essas pessoas. “Não privilegiamos a atuação criminal. As agentes vão de casa em casa, entregam material informativo e sinalizam alternativas para as mulheres. O projeto prima pela divulgação das infor-

mações da lei e dos serviços disponíveis. Além disso, hoje todas as unidades básicas de saúde da região compreendida têm condições de prestar atendimento de qualidade para a mulher em situação de violência”, comenta Fabíola.

No Espírito Santo, o Tribunal de Justiça (TJES) investiu em tecnologia para oferecer proteção às mulheres. O órgão foi pioneiro ao implantar o dispositivo de segurança preventiva, conhecido como “botão do pânico”. A solução é destinada a mulheres que ganham medidas protetivas contra seus agressores. Em caso de ameaça ou descumprimento da norma, a vítima aciona o dispositivo e, em poucos minutos, a Guarda Municipal chega no local e pode realizar a prisão em flagrante. “Para todas as mulheres que têm o botão do pânico não houve reincidência dos agressores”, comenta a coordenadora das varas de violência doméstica e familiar contra a mulher do TJES, a juíza Herminia Maria Silveira Azoury.

Atualmente, a ferramenta está disponível apenas na capital. Segundo a juíza, 90% dos botões são entregues a mulheres que correm realmente risco de morrer. “Não houve mais reincidência porque os ameaçadores ficam com medo de serem presos. Além de eles não voltarem, as vítimas se sentem mais seguras e *empoderadas*”, comenta Hermínia.

O interesse em reprimir a violência doméstica não está restrito aos órgãos públicos. Em Pernambuco, um grupo de mulheres desenvolveu um aplicativo para prestar apoio a essas vítimas, o Mete a Colher. Pelo sistema virtual, mulheres oferecem serviços como orientação jurídica, diálogo, abrigo temporário e oportunidades de trabalho. Além disso, a solução reúne os canais públicos que podem ser úteis para as vítimas contactarem conforme suas necessidades. “Com as categorias do aplicativo, pretendemos unir o mais rápido possível as pessoas que precisam de ajuda e as que podem prestar apoio”, explica uma das idealizadoras do projeto, Renata Albertim.

O aplicativo ainda não está disponível, mas contou com um financiamento coletivo para sair do papel, além de já ter em sua base 400 pessoas cadastradas para prestar serviços gratuitamente. A expectativa é que o sistema fique pronto no primeiro semestre deste ano e alcance, antes de tudo, as cidades de Recife, São Paulo e Rio de Janeiro. “Não queremos que as mulheres fiquem desacreditadas da Lei Maria da Penha ou das ferramentas do Estado. Queremos que elas exijam cada vez mais que a lei funcione”, cita Renata.

APESAR DA NECESSIDADE DE AVANÇOS NA PROTEÇÃO DA MULHER AGREDIDA, A LEI CRIOU MECANISMOS DE ATENDIMENTO E A POSSIBILIDADE DE ESSAS VÍTIMAS SEREM OUVIDAS PARA TENTAR INTERROMPER O CICLO DE VIOLÊNCIA

Para a juíza Hermínia, é preciso ir além no combate à violência doméstica. “Falta educação para termos uma mudança na cultura machista e buscarmos a igualdade de direitos.”

LACUNAS

Para quem lida na prática com as políticas públicas da Lei Maria da Penha, há críticas quanto ao seu funcionamento e à necessidade de aprimoramento. Para a fundadora da Associação de Mulheres da Zona Leste (Amzol), na capital paulista, Maria Aparecida de Lima, ainda há profissionais do sistema que não se conscientizaram sobre a importância da lei. “A lei é boa, mas os equipamentos públicos que trabalham com essa questão às vezes emperram avanços. É necessário que todos, em uma mesma sintonia, trabalhem pela mulher agredida e ajudem-na a sair dessa situação”, critica.

A associação feminista, que completa 29 anos em 2017, presta apoio a mulheres da região, com assistência, cursos, promoção de autoestima e direcionamento para serviços públicos especializados. Por mês, cerca de 150 pessoas são atendidas.

Além da luta pelo contínuo avanço das políticas públicas, uma demanda defendida por especialistas é que a Lei Maria da Penha não se restrinja ao viés penal. “O Direito Penal não está preparado para lidar com a violência contra as mulheres porque ela é cotidiana e vai aumentando sua gravidade gradativamente. Se essa vítima não recebe proteção logo de início, o ciclo tende a se tornar mais grave, além de a agressão psicológica não deixar marcas. Como o Direito não enxerga lesões sem marcas, essa mulher fica sem uma resposta”, critica Aline Yamamoto. Segundo a consultora, “o Direito Penal olha muito para o agressor, para o réu, para prendê-lo. Mas as vítimas procuram proteção, e o Direito está instruído mais a punir do que a proteger.”

O envolvimento afetivo da vítima com o agressor também merece cuidado. “A mulher muitas vezes busca ajuda do Estado, mas volta atrás porque a decisão envolve afetividade e pessoas. Ao Estado cabe compreender e oferecer a proteção que ela busca”, sinaliza Aline.

Para a consultora, o País tem como desafio preparar adequadamente os profissionais de toda a cadeia de proteção à mulher para que a vítima não seja culpada pela violência sofrida. “É preciso não julgá-la por ter pedido ajuda ao Estado e depois desistido. Isso faz parte do ciclo da violência. Quando o Estado age assim, ele ‘revitimiza’ essas mulheres”, critica. A professora de Direito Penal da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Marília Montenegro, escreveu um livro para analisar essa questão. A obra *Lei Maria da Penha: uma Análise Criminológico-Crítica* questiona a dupla vitimização da mulher nesses casos e o fato de a lei, hoje, estar restrita ao sistema punitivo. Segundo ela, a punição é parte da legislação e não prioridade. “A lei se preocupa com educação, mídia e aspectos cíveis, mas todo o destaque dela tem sido para prender o agressor. E é preciso considerar que não há um modelo único de vítima”, ressalta.

A professora reforça que falta ao Estado ouvir, entender e julgar menos a vítima. “É preciso oferecer mais medidas protetivas, e não apenas processos criminais. O ideal seria disponibilizar a essa mulher um canal e um caminho de acolhimento, especialmente nas comunidades mais vulneráveis, que não fossem apenas na delegacia, porque esta criminaliza a família da vítima. Não que em algumas situações não seja necessário, mas às vezes só é dada essa opção, e as mulheres não se sentem contempladas”, indica.

Marília sugere ainda que o sistema objetive mais a educação e a restauração em vez da punição. “É preciso fortalecer os aspectos da Lei Maria da Penha que não são meramente punitivos. A lei estabelece questões de gênero que precisam fazer parte do conteúdo programático escolar e que necessitam de visibilidade para que as próximas gerações cheguem com outras perspectivas.”

&



DÚVIDAS PAIRAM NA CASA BRANCA DESDE O DIA 20 DE JANEIRO. DONALD JOHN TRUMP, 45º PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, TEM ATERRORIZADO ALIADOS E PARCEIROS COM UMA ESTRATÉGIA DE INCERTEZA DELIBERADA. AMEAÇA CHINA, MÉXICO E EMPRESAS AMERICANAS *OFFSHORE* COM TARIFAS EXORBITANTES. PROTESTA CONTRA ACORDOS DE LIVRE-COMÉRCIO. DECLARA SIMPATIA PELA RÚSSIA, ENQUANTO CRITICA ORGANISMOS E TRATADOS INTERNACIONAIS. PROPÕE ENDURECER POLÍTICAS IMIGRATÓRIAS E ABRANDAR REGULACÕES AMBIENTAIS. PROPAGA DISCURSOS VIRULENTOS, PARA DEPOIS RECUAR E DEIXAR AS PROMESSAS INCERTAS. ENQUANTO TRUMP SE ACOMODA NA CAPITAL AMERICANA, A ÚNICA CERTEZA DOS ESPECIALISTAS É A IMPREVISIBILIDADE DO NOVO OCUPANTE DO SALÃO OVAL. NO BRASIL, ANALISTAS AINDA DEBATEM COM DÚVIDAS O QUE O GOVERNO TRUMP SIGNIFICARÁ PARA O PAÍS.

O RISCO DONALD TRUMP

texto RODRIGO HORA

N

Na avaliação do representante brasileiro em Washington entre 2004 e 2006, o embaixador Roberto Abdenur, em princípio não deve haver conflito de interesses entre o Brasil e o governo Trump. O diplomata nota que a retórica protecionista do presidente americano tem se voltado principalmente contra os países que impõem déficit comercial aos Estados Unidos (EUA), como China, México e Canadá: “Trump haverá de ter em mente que o Brasil é um dos poucos países com os quais os norte-americanos possuem saldo comercial”. Já a China representa sozinha quase metade do déficit comercial americano. Trump acusa Pequim de trapacear no comércio internacional e ameaça impor tarifas de até 45% sobre produtos chineses. Segundo Abdenur, que também foi embaixador em Pequim, “se Trump levar a cabo essas ameaças, haverá uma guerra comercial, porque a China terá de reagir. Isso terá um efeito depressivo muito sério sobre toda a economia internacional, e nós teremos efeitos indiretos, pois mercados começarão a se obstruir, e o Brasil encontrará mais dificuldades nas suas atividades comerciais correntes e no esforço de abrir novos mercados”.

Ele observa que o Brasil deve enfrentar dificuldades caso Trump cumpra a promessa de investir maciçamente em infraestrutura. Um aumento exacerbado dos gastos públicos causaria elevação dos juros nos EUA, o que tornaria investimentos em títulos do Tesouro americano mais atraentes, em detrimento da atração de capital externo para o País. Por fim, o embaixador chama atenção para as centenas de milhares de brasileiros que estão nos EUA em situação irregular: “Se houver cidadãos brasileiros tratados de maneira indigna, sem respeito aos direitos humanos bási-

DA TRUMP TOWER À CASA BRANCA

Filho de um milionário nova-iorquino, Trump transformou os negócios do pai em um império imobiliário. Sem histórico eleitoral, sua nomeação para disputar a presidência frustrou as pretensões de políticos tradicionais do Partido Republicano, como o governador Jeb Bush. Ao triunfar na disputa contra Hillary Clinton, o candidato-celebridade colocou abaixo as previsões da maioria dos institutos de pesquisa.

Apesar de a rival democrata ter recebido 1,3 milhão de votos populares a mais, ele sagrou-se presidente por ter conquistado a vantagem de 74 votos dos 538 integrantes do Colégio Eleitoral. O sistema de votação americano concede o total de votos dos delegados de um Estado ao candidato mais votado pelos eleitores.



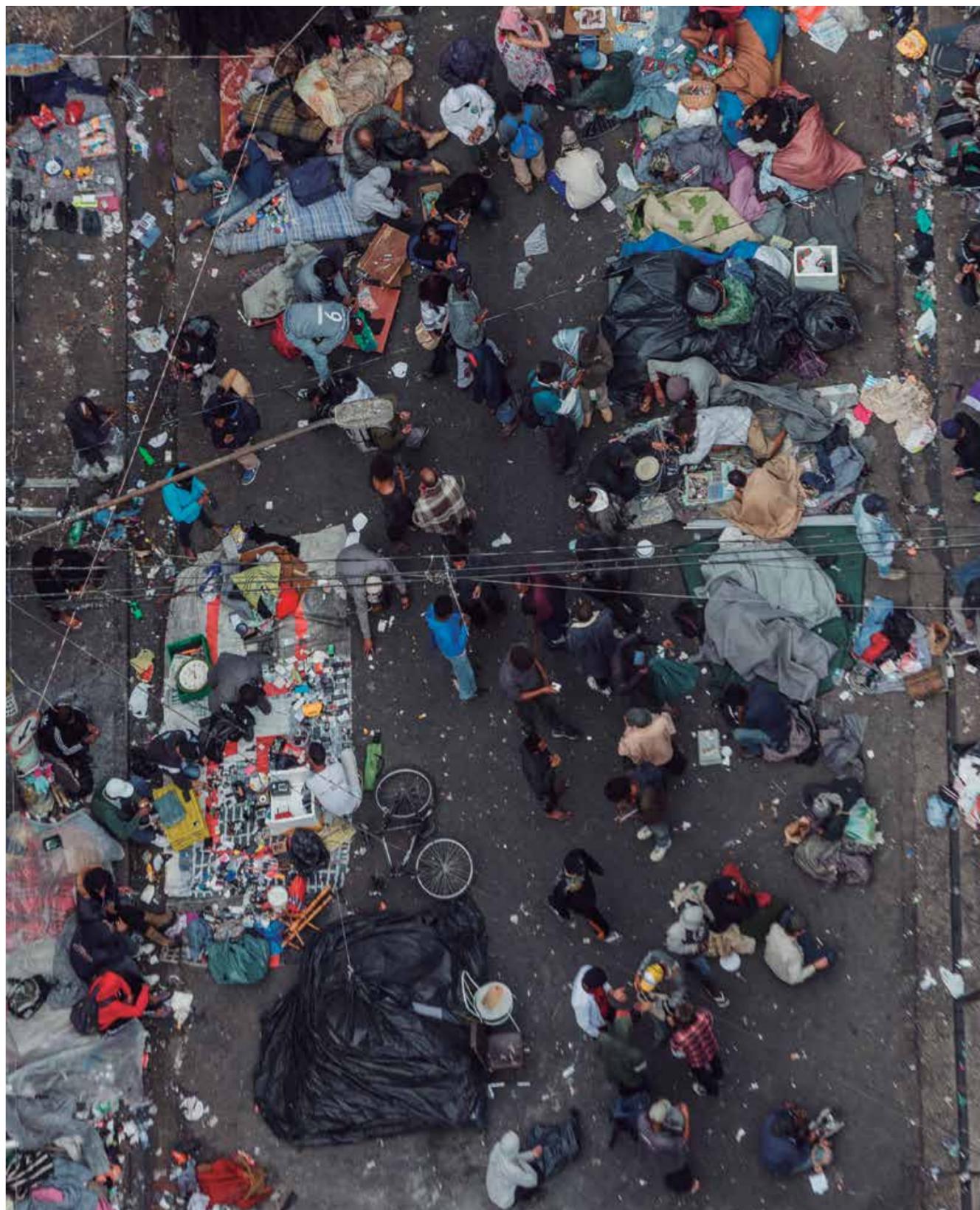
cos, isso será um problema político para ambos os países”. No entanto, ele espera que, uma vez instalado na Casa Branca e devidamente informado, Trump adote política externa mais comedida do que o sugerido na campanha eleitoral.

CAMPANHA x GOVERNO

Apesar de reconhecer os efeitos nefastos de uma eventual escalada protecionista dos EUA, o embaixador Rubens Barbosa, que liderou a representação brasileira em Washington entre 1999 e 2004, não acredita que Trump iniciará guerra comercial com a China ou o México: “Trump se elegeu sozinho, mas ele vai ter que governar com o *establishment* – Congresso, Partido Republicano, empresas, bancos e grupos de pressão –, que é muito forte por lá. Imagine se ele impuser uma tarifa 45% sobre a China. Nas lojas de departamento americanas, a maioria dos produtos é chinesa. Ninguém vai aceitar repassar esses custos para o consumidor”. O embaixador também é cauteloso quanto às ameaças de abandonar o Nafta e o Acordo de Paris, mas espera que estes regimes sofram ajustes, ou sejam contrabalanceados com mudanças regulatórias internas dos EUA.

Em razão da inexperiência de governo do novo presidente, Barbosa salienta que a gestão Trump será marcada pela imprevisibilidade, mas alerta contra o pessimismo exagerado. Ao menos nos primeiros anos, o embaixador estima que o presidente americano se dedique mais a questões domésticas do que internacionais. Ao contrário de alguns especialistas, Barbosa não acredita que eventual protecionismo americano possa representar oportunidade excepcional para o Brasil intensificar relações com China, México ou Canadá, e que esses esforços deverão prosseguir independentemente da postura de Trump. Segundo ele, o mais importante para o governo brasileiro é a consolidação de uma política externa. “Antes de decidir o que fazer, precisamos definir o que o Brasil quer em relação à China, à União Europeia, aos Estados Unidos e à nossa região. Não temos uma política externa, essa que é a realidade.”

&



LEI DE DROGAS

RETROCESSO TRAVESTIDO DE AVANÇO

Dez anos após ser promulgada, a Lei nº 11.343, conhecida como “Lei de Drogas”, começou a retirar timidamente o usuário da condição de criminoso. Apesar disso, o consumo continua sendo tratado como um problema de Justiça e não de saúde. Sem outros avanços, a taxa de encarceramento explodiu, a violência e as mortes aumentaram e o País segue desperdiçando milhões na guerra contra essas substâncias ilícitas.

texto FABÍOLA PEREZ

D

Drogas, violência, crime, reclusão e morte são palavras que há anos poderiam estar dissociadas. Contudo, até hoje insistem em determinar as condições de vida de milhares de pessoas em países como o Brasil. Há 45 anos, a guerra às drogas declarada pelo ex-presidente norte-americano Richard Nixon rapidamente se espalhou pelo mundo. A própria Organização das Nações Unidas (ONU) chegou a prometer em 1998 um mundo sem drogas em dez anos. Os resultados dessa política proibicionista, no entanto, mostraram-se trágicos em diversos países. A violência aumentou, os gastos com segurança explodiram e o crescente número de mortes obrigou muitas nações a revisar suas legislações. No Brasil, a Lei nº 11.343 trouxe, em 2006, um tímido avanço ao despenalizar o usuário. Em vez de cumprir pena de prisão, a nova lógica entendeu que quem faz uso dessas substâncias poderia cumprir penas alternativas como a prestação de serviços à comunidade. Apesar de instituir o Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas (Sisnad), ela deixou uma série de gargalos em relação ao debate da descriminalização. “Ela é subjetiva e fica aquém do necessário em diversos pontos”, diz a pesquisadora do Instituto Igarapé, que discute segurança e desenvolvimento, Ana Paula Pellegrino. “A lei continua sem enxergar a questão do ponto de vista da saúde e faz consumidores, produtores e comerciantes recaírem sobre o sistema penal.”

Outro aspecto polêmico é que a lei elenca critérios para distinguir o porte para consumo e tráfico. Entre eles, estão quantidade apreendida da substância; local e condições da ação; circunstâncias sociais; condições em que se desenvolveu a ação; e conduta e antecedentes da pessoa flagrada com drogas. Essas determinações, porém, são genéricas e têm se revelado ineficientes. Como não há uma quantidade específica estabelecida na legislação para se diferenciar usuário e traficante, gera-se uma insegurança na aplicação da lei. A interpretação fica a cargo de policiais, juízes e promotores.

Essa lacuna pode determinar a vida ou a liberdade de um indivíduo. “Em outros países existem quadros de referência de quantidade de drogas apreendidas para ajudar na qualificação”, diz Ana Paula. “O microtraficante, a *mula*, a pessoa que embala ou que passa recado não devem ir à prisão. Eles têm de ter uma pena alternativa e proporcional ao delito”, destaca. Além disso, é preciso lembrar, segundo a juíza Maria Lúcia Karam, diretora da Law Enforcement Against Prohibition (Leap Brasil), que os jovens pobres e negros são as maiores vítimas da proibição. “Eles são os que morrem em maior número, seja em confrontos entre traficantes na disputa pelo mercado ilegal, seja em conflito com policiais”, afirma.

Uma das consequências mais evidentes da aplicação da Lei de Drogas é a explosão da população carcerária no Brasil. Segundo dados do Ministério da Justiça, no ano em que a nova legislação passou a vigorar, 15% das pessoas que eram presas respondiam por crimes relacionados a tráfico de drogas. Em 2014, esse número saltou para 28%. Quando se fala das mulheres, o índice chega a 70%. “É um retrocesso travestido de avanço. Como ela não tem um critério adequado para diferenciar usuário e traficante, houve esse aumento de 160% no encarceramento”, explica o vice-presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminalísticas (Ibccrim) e secretário-executivo da Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD), Cristiano Maronna. Para se ter uma ideia, em 2006 o sistema carcerário brasileiro registrava 384 mil presos. Em dezembro de 2014, essa população passou para 622 mil. Em relação às prisões por tráfico, em 2006 eram 47 mil. Atualmente, são 171 mil. Estudos sobre o perfil dessas pessoas revelam que a maioria foi detida em flagrante, desarmada e portando uma pequena quantidade de substância ilícita. “A legislação se propôs a extinguir a pena de prisão para o usuário, mas isso não ocorre na prática”, diz Ana Paula, do Igarapé.

EXPLOSÃO DO ENCARCERAMENTO

- O Brasil tem a quarta maior população mundial de presos

- País possui uma média de 304 presos por 100 mil habitantes (mais do que o dobro da média mundial)

- De 1990 a 2014, a população carcerária brasileira aumentou 575%

- Em 2006, eram 384 mil presos. Em 2014, esse número saltou para 622 mil

- 28% da população carcerária respondem por tráfico de drogas

- 70% das mulheres presas respondem por tráfico de substâncias ilícitas

- 171 mil pessoas estão presas no Brasil por tráfico

Fonte: Departamento de Políticas Penitenciárias (Depen) – Ministério da Justiça

A violência também registra sinais de crescimento. Especialistas afirmam que a produção e o comércio de drogas não são atividades violentas. O fato de estarem inseridas em um contexto de ilegalidade é que traz a violência como um subproduto desse tipo de negócio. “Não há pessoas fortemente armadas trocando tiros com as fábricas de cervejas”, diz Maria Lúcia Karam. “Mas isso já ocorreu entre 1920 e 1933, quando existiu a proibição do álcool e gangsteres trocavam tiros nas ruas dos Estados Unidos”, afirma. A proibição cria, assim, “crimes sem vítimas”, já que são condutas praticadas pelo próprio atingido sem afetar terceiros. Críticos à descriminalização afirmam que os jovens seriam o grupo mais exposto às drogas. Mas é exatamente sem legalização, regulação e controles da produção e do comércio que os jovens ficam vulneráveis. “Traficantes vendem seus produtos em qualquer lugar, sem controle e sem conferir a idade de quem está comprando”, afirma Karam. Para Cristiano Maronna, a desigualdade é um fator gerador de opressão. “A Europa e os Estados Unidos consomem mais drogas do que o Brasil e não há tanta violência”, afirma.

Nos últimos anos, o País registrou alguns avanços paralelos à lei. Em junho, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu conceder tratamento diferenciado à pessoa acusada por tráfico de drogas que for ré primária com bons antecedentes e que não estiver associada a nenhuma organização criminosa. Oito dos 11 ministros da Suprema Corte votaram a favor da retirada do caráter hediondo do crime de tráfico. “Foi uma decisão muito corajosa e responsável em relação às políticas de drogas no País”, afirma o assessor do Programa de Justiça, da Conectas Direitos Humanos, Henrique Apolinário. O segundo passo seria reconhecer a inconstitucionalidade do artigo 28 da lei, que estabelece penas alternativas a quem adquirir, transportar ou carregar substâncias ilícitas. Hoje a legislação também pune quem cultiva a maconha para consumo próprio. O que estava em jogo no STF era que

esses atos deixassem de ser penalizados. Entretanto, o ministro Luiz Fachin pediu vista do processo, e a sessão foi encerrada em setembro de 2015. “Atualmente, depende do entendimento de cada juiz, a polícia diz que é um traficante se baseando na condição socioeconômica e, assim, os mais vulneráveis sofrem as consequências mais nefastas”, explica o coordenador executivo do Programa Institucional Álcool, Crack e outras Drogas (PACD), da Fiocruz, Francisco Netto.

DESCRIMINALIZAÇÃO, LEGALIZAÇÃO E REGULAÇÃO

Na América do Sul, além do Brasil, somente as Guianas e o Suriname tratam o uso de drogas como um crime. Essa condição nos coloca, segundo o médico da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Dartiu Xavier da Silveira, na “Idade da Pedra”. O problema é visto sempre na esfera penal, e para agravar o quadro, a maioria dos juízes tem se negado a aplicar medidas cautelares diferentes da prisão. A descriminalização serviria principalmente para reconduzir o dinheiro gasto com o encarceramento provisório para a saúde pública. “Sabemos que a proibição mata mais do que as próprias drogas”, afirma o professor do Departamento de Psicologia Médica e Psiquiátrica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Luís Fernando Tófoli. No caso da maconha, explica ele, a proibição suprime os benefícios do uso medicinal e impossibilita o conhecimento sobre os canabinoides, substâncias presentes na droga que ajudam em tratamentos médicos e terapêuticos. “Estamos perdendo uma oportunidade histórica de pesquisar essas propriedades medicinais”, diz Apolinário, da Conectas.

Mas como ocorreria a descriminalização? Antes de tudo, é importante ressaltar que ela não poderia acontecer isolada. “É preciso legalizar e, consequentemente, regular e controlar a produção, o comércio e o consumo de todas as drogas”, destaca Maria Lúcia. A regulação do mercado deve considerar não só as características e os efeitos primários de cada substância,

DEBATE SOBRE A DESCRIMINALIZAÇÃO DEVE INCLUIR OS CONTROLES DA PRODUÇÃO, DO COMÉRCIO E DO CONSUMO. REGULAMENTAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS E CIGARROS, QUE TEM RESTRIÇÕES QUANTO À PROPAGANDA E LOCAIS DE VENDA, PODE SER UM MODELO

como também as opções políticas e econômicas do País. “Deve-se considerar também tradições culturais e hábitos de cada grupo de consumidores”, afirma a juíza. Esse processo deve ocorrer de forma semelhante à regulamentação do mercado de bebidas alcoólicas (ou não), cigarros e outros derivados do tabaco. Produtos como esses, inclusive medicamentos, sofrem restrições quanto a propaganda, distribuição gratuita e locais de comercialização. Além disso, trazem em suas embalagens advertências sobre o risco que causam à saúde. “Essas mesmas medidas devem ser aplicadas às substâncias a serem legalizadas”, explica Maria Lúcia. Além disso, produtores e comerciantes poderiam ser obrigados a contribuir para o custeio do sistema de saúde pública.

Para substâncias cujos efeitos primários sejam mais danosos, o controle e a regulação devem ser mais rigorosos. Existem experiências de fornecimento supervisionado e gratuito de heroína em estabelecimentos controlados pelo Estado desenvolvidas na Suíça, na Holanda, na Alemanha e na Dinamarca. As chamadas “salas de consumo seguro” reúnem usuários que podem injetar a droga sob a supervisão de mé-

dicos e enfermeiros, além da presença de educadores e especialistas que tentam construir uma relação de confiança com os usuários. Para Netto, da Fiocruz, a regulação nos moldes do que ocorreu no mercado do tabaco seria interessante. “É preciso reduzir o poder da indústria sobre as substâncias psicoativas que já são lícitas. O caminho não é pela criminalização nem pelo livre-comércio”, diz. “Cabe o papel regulador do Estado na promoção da saúde.” Com a proibição, são os traficantes que decidem as drogas a serem fornecidas, o potencial tóxico e as substâncias a serem misturadas. Esses fatores aumentam as possibilidades de adulteração, favorecendo a incidência de overdoses.

Com a legalização e a regulação do mercado, haveria uma série de impactos para o sistema público de saúde. A ilegalidade incentiva a falta de cuidados e de higiene, que podem levar ao surgimento de doenças transmissíveis como aids e hepatite. A proibição dificulta a assistência e o tratamento ao impor métodos compulsórios ou inibir a busca voluntária por tratamentos, por pressupor a revelação de uma prática ilícita. Para Netto, psicólogo da Fiocruz, não existe um único tratamento para o uso

problemático da droga. “Eles precisam ser voluntários, e a ideia é não ter na internação uma solução única”, diz. “Os tratamentos podem ser feitos nos espaços de convivência dos usuários.” A regulamentação permitiria a criação de um conjunto de normas e estratégias de proteção e acolhimento para redução de danos de quem tem problemas com o consumo.

O INÍCIO DA MUDANÇA NO BRASIL E NO MUNDO

Um dos marcos na batalha pela descriminalização das drogas é o movimento Marcha da Maconha. Desde 2011, a manifestação passou a ser permitida pelo STF e ganhou um caráter mais político e diversificado. Em paralelo, os princípios ativos da droga, como o canadibiol e o THC, tornaram-se mais conhecidos, sobretudo pelo uso medicinal. Para o médico e professor Luís Fernando Tófoli, o movimento deixou de ser apenas de usuários da substância para receber apoiadores da causa por diversos motivos. Nesse sentido, um estudo realizado pela Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados estimou que a legalização movimentaria ao ano R\$ 5,7 bilhões e poderia gerar uma arrecadação tributária de R\$ 5 bilhões. A pesquisa estimou



Sérgio Carvalho/Folhapress

ainda um público consumidor de *cannabis* de 2,7 milhões de brasileiros e uma redução de R\$ 997,3 milhões dos gastos anuais com o sistema prisional.

A projeção considerou um mercado regulado aos moldes do uruguai. Em outro cenário, o mesmo levantamento se apoiou em tendências que ocorreram no Colorado (EUA). Ou seja, o rol de países que descriminalizam substâncias psicoativas vem aumentando e, aos poucos, deixando para trás experiências proibicionistas do século passado. Canadá, República Tcheca, Portugal, Nova Zelândia, Uruguai e Estados Unidos estão entre os países que mais possuem iniciativas para retirar o usuário do sistema de justiça criminal. No Uruguai, por exemplo, onde a produção e a venda da maconha começaram a ser reguladas em 2013, o usuário pode cultivar até seis plantas, participar de clubes ou comprar na farmácia. Já Portugal decidiu trocar a prisão por multas nos casos de compra e posse de drogas para consumo pessoal por mais de dez dias. Em vez de ser levada para a cadeia, a pessoa entra, voluntariamente, em um tratamento.

Algumas políticas de redução de danos têm trazido resultados interessantes. Um estudo financiado pela Open Society revelou que dois de três dependentes conseguiram reduzir o uso do crack após participarem do programa Braços Abertos, implantado em janeiro de 2014 em São Paulo (SP). Hoje, cerca de 500 beneficiários são incentivados a se ressocializarem, diminuir o consumo e aumentar a autonomia. Eles têm

à disposição oferta de emprego e moradia com o objetivo de recuperar a dignidade. “Ao contrário de todos os outros, ele não prega a abstinência e rompe com essa hipocrisia”, afirma a socióloga e coordenadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) da Universidade Cândido Mendes (Ucam), Julita Lemgruber.

Com visibilidade mundial, a “Pesquisa Nacional sobre o uso do crack – quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil?”, da Fiocruz, revela que a droga é um problema social. O público consumidor é 78,6% formado por homens e 21,3% por mulheres. Existem 370 mil usuários em todas as capitais brasileiras. “O abuso da droga está relacionado à condição de miséria”, afirma Julita. Por isso, na luta pela descriminalização e posterior regulação do mercado de drogas, surgem iniciativas como o projeto #Movimentos, do CESeC, que reúne jovens do Complexo do Alemão, Jacarezinho, Maré e Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, e Baixada Fluminense para criar um guia sobre política de drogas. “Queremos que eles não sejam alvos da violência policial que destrói vidas, deixa casas esburacadas, vidros e carros quebrados e negócios e comércios assolados”, enfatiza Julita. Somente com essas tentativas de mudar a lógica e a legislação que será possível retirar o Brasil da condição de atraso que permaneceu até aqui.

&

Defensores da descriminalização da maconha protestam em São Paulo (SP). Conhecida como Marcha da Maconha, manifestação é permitida pelo STF desde 2011.

B

BRASIL, UM PAÍS QUE NUNCA FICA PRONTO

A maior característica da crise atual é a velocidade. Surpreendida por tragédias do destino como se os deuses tivessem sede. Há um princípio malévolo que adoce o sistema político e está baseado na ideia de que se deve pedir ao governante o que ele não pode oferecer.

Outra característica são as dúvidas, eternas, envolvendo o sistema de três Poderes. O Estado está mesmo interessado em preservar o modelo de divisão de responsabilidades do sistema governamental e ser uma instituição única a serviço da Nação? Ou as autoridades se distraem na necessidade de proteger a governabilidade, esperando poder governar sem governo?

Por maior que seja a crise, não deveria existir a possibilidade de alguma instituição se colocar acima dela. A falta de entrosamento do sistema governamental é o cenário mais preocupante. Nenhum dos três Poderes deveria poder, ou pretender, a qualquer momento, saltar fora de suas funções, exceder o limite constitucional e se tornar protagonista de alguma outra coisa que o País não sabe bem o que será.

Por enquanto, o cenário político continua mais confuso do que instável, estando afastados retrocessos institucionais. Mas existem fatores

de risco pairando no ar se a autoridade não se convencer de que as grandes crises nunca são culpa do povo. Entre eles: desejo indevido de partidos reais e fictícios; pressões corporativas dos setores estatais e sindicais; poder e influência dos políticos investigados; experimentações arbitrarias de membros do Ministério Público e do Judiciário; entraves à estabilização econômica; irresponsabilidade fiscal de Estados e municípios; e dúvidas sobre democratizar a previdência.

Todos torcem para que os conflitos entre os Poderes sejam meros espantalhos para passarinho. Fácil é seguir de carro sem precisar olhar para o pedestre. Mas é preciso atenção ao fato de que não estão claros os grandes objetivos partilhados por todos. A sociedade brasileira está em disputa, contaminada pelos milhares de polos emissores de identidade. Não deve o Estado, por interesses de grupos e instituições, querer liderar esse processo e enfraquecer ainda mais o sistema de representação política. Especialmente quando se demonstra que não é o Estado que manda nas cadeias ou que existe uma clara disposição de Judiciário, Ministério Público, órgãos policiais e Receita Federal de identificar e atacar as bases econômicas das quadrilhas. Uma “Lava Jato” para a violência brasileira é certamente mais eficaz do que a construção de mais presídios.

É preciso construir uma unidade em torno da confiança no futuro. A reforma da previdência contém um alerta inadiável: o sistema político não pode legislar errado sobre um tempo em que seus membros não vão viver. Os principais obstáculos da vida econômica continuam nas suas extremidades: o desafio de dar ao jovem condições de prosperar numa sociedade na qual quem trabalha e produz riqueza possa ficar rico. O desafio de erradicar a pobreza na terceira idade e poder envelhecer com calma. Todos os setores do Estado têm de dar o exemplo e apoiar a regra universal que evita o colapso previdenciário.

Ainda não há “outra política”. A agenda é atrasada, de um país que nunca fica pronto. A missão do presidente Temer é estabilizar a economia para o bem da sociedade.

&



PAULO DELGADO

é copresidente do Conselho de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP

B



texto FILIPE LOPES

A história vista de outro lado

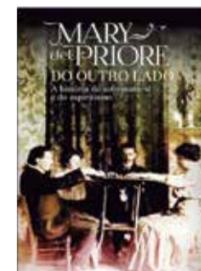
A historiadora empírica, devotada à pesquisa de documentos originais e inéditos (como se autodescreve), Mary Del Priore é uma incansável desbravadora da história brasileira. Sua obra é composta por 13 livros que nararam episódios sobre o íntimo do principal protagonista tupiniquim, o brasileiro.

“Os documentos me abrem novos campos e me permitem alargar os horizontes da História do Brasil, como o espiritismo, que desperta pouco interesse na academia, que me fez descobrir que o abolicionismo e a luta pelo fim da escravidão na Bahia estiveram diretamente ligados às doutrinas de Allan Kardec”, afirma, a respeito de passagens observadas sob outra ótica de pesquisa.

Mary discorda do clichê que “brasileiro não gosta de história” e credita a baixa procura de jovens leitores pelo assunto à pouca democratização do conhecimento. “Há pelo menos duas décadas, jornalistas vêm oferecendo biografias e livros de história que incentivam o conhecimento da matéria. Aprendi com eles a escrever para o grande público, pois para ter leitores é preciso, sobretudo, encontrar uma linguagem de fácil compreensão. Os trabalhos acadêmicos exigem uma formatação que complica a compreensão e que vai diretamente contra a democratização do conhecimento”, afirma.

A historiadora acredita que o jornalismo exerce um papel importante para a difusão da história nacional, mas pondera que, muitas vezes, o imediatismo midiático pode comprometer o conteúdo histórico. “Novelas, filmes e documentários podem (e devem) ajudar muito a divulgar a história. Só precisam ter cuidado com a forma que contam. O número de erros que aparece é enorme e os espectadores tomam a falsa informação por uma verdade.”

“O Brasil tem arquivos públicos e privados riquíssimos que nos convidam a pensar as diferentes épocas, os personagens e, principalmente, os diferentes Brasis, pois nosso país é uma colcha de culturas, influências e gentes”, diz Mary.



Do Outro Lado, Editora Planeta

&



A ARTE NACIONALISTA DE DJANIRA

texto GESIEL JÚNIOR



Independência / pintura guache sobre papel | 1968 | acervo CEF

Uma das maiores pintoras brasileiras de todos os tempos, Djanira da Motta e Silva (1914-1979) teve seu nome propagado dentro e fora do País por sua maneira única de pintar “o que é realmente nosso”, como gostava de afirmar. Apesar de todo o seu trabalho e do reconhecimento em vida como artista, hoje o seu imenso valor precisa ser redescoberto no universo cultural. Afinal, suas obras – todas marcadas por uma grande riqueza cromática, temas nacionais e uma inusitada mescla de figuração e geometrismos – imortalizaram-na de maneira singular na história da arte brasileira.

P

Pelas veias da mulher de aparência cansada e enferma corriam simultaneamente sangues indígena e austríaco. Seu rosto estampava marcas de uma infância e juventude vividas na pobreza. Assim era a pintora Djanira da Motta e Silva, uma sobrevivente. Ao longo de sua vida agitada, a artista se submeteu a 18 intervenções cirúrgicas após vencer a tuberculose, mas não o diabetes. A mesma feição sofrida, entretanto, reluzia uma serenidade intensa e uma insuspeitada alegria, quando empunhava os pincéis para recriar, com amor e cuidado, as paisagens física e humana de sua nação.

Ela conseguiu reproduzir a fisionomia do Brasil e de sua cultura, observa a crítica especializada. Como aponta a doutora em Artes pela Universidade de São Paulo (USP) Loris Galdi Rampazzo, a obra de Djanira se desenvolveu em sentido ascendente. “Por meio de conteúdos singelos, extraídos da vivência e de diuturna pesquisa em meio ao povo brasileiro, a artista revelou, nas telas, usos, costumes e aspectos de seu tempo, no Brasil.”

ORIGEM CABOCLA

Djanira nasceu no dia 20 de junho de 1914, em Avaré, na época um produtivo município cafeeiro da região sorocabana. Seu pai, dentista ambulante, descendia de tribos do Sul, enquanto sua mãe, mineira, era filha de tirolezes. Aos quatro anos, a menina foi levada pelos pais para Porto União, entre Paraná e Santa Catarina, onde conviveu numa família adotiva até a adolescência. De volta ao interior paulista, trabalhou na roça e aprendeu a plantar e a colher café, antes de ir a São Paulo para morar sozinha. Na metrópole, tornou-se vendedora de rua, costurou fardas para a Revolução Constitucionalista e se casou com um marinheiro. Em meio a privações e angústias, adoeceu dos pulmões e foi internada no Sanatório Dória, em São José dos Campos (SP), já desenganada pelos médicos.

A descoberta do dom artístico se deu numa noite de solidão, quando ainda acamada, fez o seu primeiro desenho: um Cristo no calvário, tosco e desfigurado. Esse exercício fê-la se curar e, grata, nunca largou papel e lápis.

Foi para o Rio de Janeiro, no fim da década de 1930, e se fixou no bairro de Santa Teresa. Lá abriu uma modesta pensão e se tornou modista, costurando “para fora”. Nas horas vagas, porém, continuava elaborando desenhos para distração. Acolheu então como hóspede um refugiado de guerra: o pintor romeno Emeric Marcier. Impressionado com o evidente talento de Djanira, ele lhe propôs um trato: casa e comida em troca de conselhos e orientação no manejo de tintas e pincéis. Durante cinco meses, ele a treinou na “cozinha da pintura”, influenciando nas cores terrosas e baixas do início de sua criação. Logo em seguida, porém, independente, a aluna criou o seu estilo por acreditar no próprio potencial.

Aos poucos, a modesta pintora se integrou ao mundo artístico carioca e conviveu de perto com outros artistas que a incentivaram e estimularam, entre os quais Milton Dacosta, Carlos Scliar, Árpád Szenes e Maria Helena Vieira da Silva. Nessa época, atraiu a simpatia de alguns críticos, como Ruben Navarra e Flávio de Aquino. Este último, bem impressionado, declarou: “Djanira pinta como se a pintura fosse invenção sua”.

PINTURA POPULAR

Embora tenha tido somente algumas aulas com Marcier e frequentado, por pouco tempo, o Liceu de Artes e Ofícios (RJ), Djanira se manteve no autodidatismo e assim se definia: “Sou autodidata, meu ponto de partida fui eu mesma, tudo muito difícil, sozinha a abrir caminho”. Intuitiva, acrescentava: “Sem cuidados formais, não há obra de arte, é necessário critério com o desenho, com a composição, a cor. Sou fundamentalmente humana e formalista”.

Um colorido triste e soturno parecia dominar os primeiros quadros de Djanira. Mas, paulatinamente, a cor foi se avivando, e o desenho – inicialmente rudimentar – se apurou. Sua estreia se deu em 1942, no Salão Nacional de Belas Artes, quando admitiu: “Eu tenho a ambição de reproduzir alguma coisa de brasileiro. Eu sei que essa coisa existe e é enorme”. Corajosa, entre 1945 e 1947 esteve nos Estados Unidos, numa viagem fundamental para sua evolução



José Reynaldo da Fonseca

Djanira no ateliê

Concerto de Anjos | azulejaria da casa da artista | Foto Gesiel Júnior
 Pescadores | xilogravura | acervo do Memorial Djanira
 Djanira com telas inspiradas nas obras de Aleijadinho | Belo Horizonte | 1944
 São José de Botas | serigrafia | Djanira | 1966 | acervo Gilberto Tenor



SUA OBRA TEVE COMO PROTAGONISTAS CAMPONESES, PESCADORES, VAQUEIROS, OPERÁRIOS, ÍNDIOS, NEGROS, BRANCOS, SANTOS CATÓLICOS E ORIXÁS AFRICANOS

na pintura. De lá retornou consagrada e passou a viajar constantemente dentro do Brasil ao longo das décadas de 1950 e 1960. “Não posso deixar de sair, de aprender com o povo, de anotar exemplos, de observar parcelas de benefícios de todos nós”, justificava a artista, que se tornou amiga de Jorge Amado, a ponto de pintar na residência do escritor o mural *Candomblé*.

A partir de então, Djanira se tornou ícone da arte nacionalista. Fez de camponeses, pescadores, vaqueiros, operários, índios, negros e brancos protagonistas de sua obra, povoada também por santos católicos e orixás africanos. Da mesma maneira, a artista se deixou seduzir pelas cidades coloniais e os múltiplos cenários que visitou no Maranhão ou em Santa Catarina, nas praias do litoral fluminense, ou entre as montanhas de Minas. Ela viu pessoalmente tudo isso, e tudo relatou, achando para cada tema a forma exata e o tom preciso.

NAS TELAS, UM POUCO DO BRASIL

O que definitivamente caracterizou a arte de Djanira foi o senso da construção formal que a acompanhou desde o começo, de tal modo que muitas telas se aproximam da abstração, sem por isso deixarem de representar formas conhecidas: um engenho, uma usina, um mecanismo. Embora baseada inteiramente na tradição popular e tendo partido de uma visão ingênua dos seres e das coisas, a artista atingiu com o passar dos anos depuração e contenção raras na arte nacional, que hoje servem de inspiração até para estudos sociológicos e antropológicos.

Boa parte do que Djanira realizou em mais de 40 anos de carreira ainda pode ser vista atualmente em mostras frequentemente organizadas com pinturas, desenhos, gravuras e tapeçaria, peças do acervo do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), no Rio.

HERANÇA MULTICOLORIDA

Morta aos 65 anos, em 31 de maio de 1979, depois de ter habitado as ricas vertentes populares do Brasil e de ter confiado no desenvolvimento de uma arte autenticamente nossa, Djanira legou

ao País uma obra cheia de cores: Minas Gerais de Aleijadinho, a doce cidade de Paraty, as casas de farinha, as colheitas de chá, os santos milagrosos, os operários das fábricas, os Cristos Negros, as mulheres do campo, a Bahia e as crianças pobres.

Primeira artista latino-americana a ter uma obra integrada à Pinacoteca do Vaticano, por escolha do Papa Paulo VI (que a condecorou em 1972 pela oferta da tela *Sant’Ana de Pé*), ela, católica fervorosa, nunca escondeu a sua religiosidade, a ponto de ter sido sepultada com o hábito de irmã da Ordem Terceira Carmelita Descalça.

A vasta produção artística de Djanira está dispersa pelo Brasil de Norte a Sul, seja em acervos públicos, seja em coleções particulares. O maior número de suas obras, cerca de 800, está guardado no Rio, no MNBA. Mas muitas outras podem ser vistas em diferentes museus e palácios, como o do Planalto, em Brasília (DF), na sala

de despachos da Presidência da República, ou até mesmo na terra natal da pintora, em Avaré (SP), onde um pequeno memorial conserva serigrafias, xilogravuras e artefatos originais do seu antigo ateliê.

A artista trouxe o Brasil em suas mãos, e assim como Jorge Amado havia previsto em 1959, no dia em que se escrever a história da arte brasileira, “vai-se dizer de Djanira que sua pintura nasceu do povo, cresceu com ele, com ele se tornou poderosa e densa de drama e de pura alegria. Essa a sua grandeza, a sua força de permanência, a sua mágica realidade”.

Tudo porque ela entregou de volta ao povo, multiplicado em arte, aquilo que o povo lhe deu em vida: sua realidade e seu mistério.

&



Vista de carnavalescos durante apoteose no sambódromo da Marquês de Sapucaí, no Rio de Janeiro (RJ), em 1984

PASSARELA DO SAMBA

Símbolo máximo de uns dos mais importantes patrimônios culturais nacionais, o samba, a Passarela Darcy Ribeiro, também conhecida como Sambódromo da Marquês de Sapucaí, no Rio de Janeiro, mostra todos os anos para o mundo a alegria do povo brasileiro. Construída em 1983 e inaugurada no ano seguinte, ela foi idealizada para concentrar em um único local os desfiles de Carnaval que ocorriam em ruas e avenidas cariocas.

No desfile de estreia, as escolas vitoriosas foram a Estação Primeira de Mangueira e a Portela. Em 2011, uma reforma aumentou a sua capacidade de 60 mil para 78 mil pessoas. A intervenção transformou o local em um polo eclético de eventos, que teve seu ápice na realização dos Jogos Olímpicos de 2016. Ali, foram realizadas competições de arco e flecha e a chegada da maratona. Projetada por Oscar Niemeyer, a passarela homenageia as curvas da mulher brasileira com um grande monumento na Praça da Apoteose.

**A Fecomercio Internacional
é o serviço completo para
ampliar os seus negócios.**

A Fecomercio Internacional é a solução customizada para empresas que buscam novos mercados e atendimento personalizado (one desk solution) para organizações e empresários que desejam participar do mercado brasileiro com informações e orientações sob medida.

Em 2016, a Fecomercio Internacional apoiou iniciativas de negócios em diversos países, ajudou empresários brasileiros em suas decisões de investimento ou de exportação em mercados como os dos EUA, Espanha, Portugal e Emirados Árabes Unidos.

Colaborou para decisões de ações no Brasil de empresários de diferentes países como Polônia, Paquistão, Argentina, Portugal, Romênia, Eslovênia, Turquia, entre muitos outros.

Em 2016, a Fecomercio Internacional organizou, nas instalações da FecomercioSP, diversos eventos empresariais bilaterais, como o organizado pelo Monaco Economic Board em abril e o Brasil – Noruega em setembro.

Ao desempenhar sistematicamente atividades de orientação - *doing business in Brazil* - para empresários, adidos comerciais e gestores de empresas, a Fecomercio Internacional, entre outros, recepcionou as delegações do Peru, da Índia, da Tunísia, da Espanha, do México e da Coreia.



Para maiores informações:

e-mail: fecomerciointernacional@fecomercio.com.br

Tel: 55 11 3254 1700

PODE EXPORTAR



TUTU

Com o Certificado de Origem da FecomercioSP, fica muito fácil.

Quando chega o momento de expandir os horizontes dos seus negócios, quanto mais simples, melhor. Então, não dá para perder tempo com burocracias desnecessárias. A FecomercioSP emite o Certificado de Origem para o seu produto na hora. Não demora, é garantido e agora tem preço especial para a sua empresa exportar mais. Para mais informações, entre em contato pelo site www.programarelaciona.com.br/beneficios-certificado-origem ou pelos telefones (11) 3254-1652 ou (11) 3254-1653 (Unidade São Paulo) e (13) 2101-2889 (Unidade Santos).

Certificado de Origem da FecomercioSP. O jeito rápido, prático e mais barato de exportar.

FECOMERCIO SP
Representa muito para você.